

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	105
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	111
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.312.328.578
Preferenciais	0
Total	2.312.328.578
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	11.836.227	11.409.833	10.199.984
1.01	Ativo Circulante	3.839.556	3.582.581	2.098.933
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.294.317	2.235.391	954.089
1.01.03	Contas a Receber	1.487.939	1.327.276	1.081.502
1.01.03.01	Clientes	1.322.706	1.169.706	961.240
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	165.233	157.570	120.262
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.259	199	47.341
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.503	15.774	11.757
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.538	3.941	4.244
1.01.08.03	Outros	32.538	3.941	4.244
1.01.08.03.01	Adiantamentos	1.625	3.396	4.089
1.01.08.03.02	Outros	713	545	155
1.01.08.03.03	Inventário de Gás	30.200	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.996.671	7.827.252	8.101.051
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	255.946	55.767	104.698
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	242.994	33.119	32.061
1.02.01.02.02	Depósitos judiciais	17.034	17.468	16.674
1.02.01.02.03	Depósitos vinculados	16.570	15.651	15.387
1.02.01.02.04	Instrumentos Financeiro Derivativo	209.390	0	0
1.02.01.05	Estoques	7.639	2.295	5.548
1.02.01.05.03	Estoque em poder de terceiros	7.639	2.295	5.548
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.313	20.353	67.089
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	5.069	20.353	66.730
1.02.01.10.04	Outros	244	0	359
1.02.03	Imobilizado	7.740.725	7.771.485	7.996.353

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	11.836.227	11.409.833	10.199.984
2.01	Passivo Circulante	2.530.066	1.557.741	1.057.655
2.01.02	Fornecedores	613.179	447.121	310.714
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.213.979	993.983	637.790
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.213.979	993.983	637.790
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.140.754	913.061	570.059
2.01.03.01.03	Tributos a recolher	73.225	80.922	67.731
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	302.456	80.659	78.438
2.01.04.02	Debêntures	302.456	80.659	78.438
2.01.05	Outras Obrigações	400.452	35.978	30.713
2.01.05.02	Outros	400.452	35.978	30.713
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	7.576	6.291
2.01.05.02.04	Outros	74	0	0
2.01.05.02.05	Folha de pagamento e encargos a pagar	23.888	28.402	24.422
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiro Derivativo	376.490	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	13.447.766	7.386.908	6.998.759
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.915.044	5.261.359	5.197.242
2.02.01.02	Debêntures	11.915.044	5.261.359	5.197.242
2.02.02	Outras Obrigações	2.923	1.368	869
2.02.03	Tributos Diferidos	1.333.248	1.966.320	1.702.347
2.02.04	Provisões	196.551	157.861	98.301
2.02.04.02	Outras Provisões	196.551	157.861	98.301
2.02.04.02.04	Provisões ambientais	38.617	36.373	32.636
2.02.04.02.05	Provisão com condicionantes ambientais	30.267	35.604	45.986
2.02.04.02.06	Provisão para contingências legais	27.437	3.264	4.258
2.02.04.02.07	Provisão para cruzamento de faixas	19.858	13.054	15.421
2.02.04.02.08	Provisão para repasse contratual	80.372	69.566	0
2.03	Patrimônio Líquido	-4.141.605	2.465.184	2.143.570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.01	Capital Social Realizado	508.712	508.712	508.712
2.03.02	Reservas de Capital	708.824	1.192.463	1.192.463
2.03.04	Reservas de Lucros	1.098.145	764.009	442.395
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-6.267.098	0	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-190.188	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.777.519	5.765.779	4.671.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-833.752	-887.538	-823.532
3.03	Resultado Bruto	5.943.767	4.878.241	3.847.636
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-113.318	-86.989	30.086
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-113.318	-78.152	-71.234
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-25
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-8.837	101.345
3.04.04.01	Recuperação de Impostos	0	-8.837	101.345
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.830.449	4.791.252	3.877.722
3.06	Resultado Financeiro	-1.222.909	-210.094	-107.387
3.06.01	Receitas Financeiras	296.785	79.540	62.768
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.519.694	-289.634	-170.155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.607.540	4.581.158	3.770.335
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.532.483	-1.521.484	-1.242.351
3.08.01	Corrente	-1.621.243	-1.257.511	-859.037
3.08.02	Diferido	88.760	-263.973	-383.314
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.075.057	3.059.674	2.527.984
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.075.057	3.059.674	2.527.984
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,33	1,32	1,09
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,33	1,32	1,09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	3.075.057	3.059.674	2.527.984
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-190.188	0	0
4.02.01	Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	-288.164	0	0
4.02.02	IRC Diferidos s/ res. de Hedge de Fluxo de Caixa	97.976	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.884.869	3.059.674	2.527.984

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.955.478	4.405.865	3.485.752
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.888.683	4.055.890	3.529.126
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	3.075.057	3.059.674	2.527.984
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social e Diferidos	-88.760	263.973	383.314
6.01.01.04	Provisão para Bônus, Férias e 13º	27.522	22.992	18.503
6.01.01.09	Despesa com Juros Sobre Debentures e Financiamentos	1.398.017	251.838	159.141
6.01.01.10	Depreciação e Amortização	461.439	450.910	439.093
6.01.01.11	Perda com Baixa de Investimentos	0	0	25
6.01.01.12	Outros	15.408	6.503	1.066
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	66.795	349.975	-43.374
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-153.000	-208.466	-100.098
6.01.02.05	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	166.567	136.407	54.530
6.01.02.06	Tributos a Recolher	1.613.395	1.270.702	871.889
6.01.02.07	Tributos a Recuperar	0	0	-105.446
6.01.02.08	Outras Contas a Receber	-7.663	-64.456	-43.469
6.01.02.09	Proventos e Encargos a Pagar	-25.121	-19.012	-14.255
6.01.02.10	Provisões Ambientais	-5.337	-3.215	-9.032
6.01.02.11	Provisão para Contingências Legais	982	281	-2.394
6.01.02.13	Tributos a Recuperar - CP+LP	14.712	84.683	0
6.01.02.14	Inventário de Gás	-30.200	0	0
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.520.747	-914.509	-703.927
6.01.02.16	Outros Ativos	-8.572	-102	-8.556
6.01.02.17	Outros Passivos	21.779	67.662	17.384
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-430.679	-202.324	-173.399
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-430.679	-202.324	-173.399
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.465.873	-2.922.239	-3.154.238
6.03.01	Pagamento Swap	-117.273	0	0
6.03.02	Pagamento de Juros de Financiamento	-30.958	-2.366	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.03	Captação de Debêntures	3.488.515	0	0
6.03.04	Pagamento de Juros de Debêntures	-1.025.274	-183.132	-184.584
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	-3.090.097	-2.736.741	-2.376.330
6.03.06	Redução de Capital	0	0	-653.324
6.03.07	Empréstimo Bancário	-60.000	0	60.000
6.03.08	Pagamento Principal Debêntures	-5.200.000	0	0
6.03.09	Captação de Nova Dívida	1.556.530	0	0
6.03.10	Caixa Gerado na Incorporação da NISA	12.684	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.926	1.281.302	158.115
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.235.391	954.089	795.974
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.294.317	2.235.391	954.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	508.712	1.192.463	764.008	0	0	2.465.183
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	508.712	1.192.463	764.008	0	0	2.465.183
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-483.639	334.137	-3.075.057	-6.267.098	-9.491.657
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-41.440	0	-41.440
5.04.08	Eliminação de participação acionária detida na NTS	0	-927.904	0	0	0	-927.904
5.04.09	IR/CS diferidos s/ ágio & mais-valia existente na incorporada	0	444.265	0	0	0	444.265
5.04.10	Lucros acumulados da incorporada	0	0	15.613	142.019	0	157.632
5.04.11	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	82.688	-82.688	0	0
5.04.12	Transações com sócio	0	0	0	0	-6.267.098	-6.267.098
5.04.13	Dividendos Aprovados	0	0	-594.274	-2.262.838	0	-2.857.112
5.04.14	Dividendos Propostos	0	0	830.110	-830.110	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.075.057	-190.188	2.884.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.075.057	0	3.075.057
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-190.188	-190.188
5.05.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-288.164	-288.164
5.05.02.07	IR/CS diferidos s/ res. de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	97.976	97.976
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	508.712	708.824	1.098.145	0	-6.457.286	-4.141.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	508.712	1.192.463	442.395	0	0	2.143.570
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	508.712	1.192.463	442.395	0	0	2.143.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-345.815	-2.392.246	0	-2.738.061
5.04.06	Dividendos	0	0	-345.815	-2.304.928	0	-2.650.743
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-87.318	0	-87.318
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	667.428	2.392.246	0	3.059.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.059.674	0	3.059.674
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	667.428	-667.428	0	0
5.05.02.06	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	73.154	-73.154	0	0
5.05.02.07	Dividendos propostos	0	0	594.274	-594.274	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	508.712	1.192.463	764.008	0	0	2.465.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	994.301	1.360.199	286.371	0	0	2.640.871
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	994.301	1.360.199	286.371	0	0	2.640.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-485.589	-167.736	156.024	-2.527.984	0	-3.025.285
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-111.712	0	-111.712
5.04.08	Redução de Capital	-653.325	0	0	0	0	-653.325
5.04.09	Dividendos Pagos	0	0	-248.003	-2.012.245	0	-2.260.248
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	345.815	-345.815	0	0
5.04.11	Incorporação de Capital	167.736	-167.736	0	0	0	0
5.04.12	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	58.212	-58.212	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.527.984	0	2.527.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.527.984	0	2.527.984
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	508.712	1.192.463	442.395	0	0	2.143.570

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	7.836.284	6.703.518	5.441.294
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.836.284	6.703.518	5.441.294
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-301.447	-378.989	-390.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-301.447	-378.989	-390.214
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.534.837	6.324.529	5.051.080
7.04	Retenções	-424.850	-414.265	-383.783
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-424.850	-414.265	-383.783
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.109.987	5.910.264	4.667.297
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	295.015	79.424	164.113
7.06.02	Receitas Financeiras	296.785	79.424	62.768
7.06.03	Outros	-1.770	0	101.345
7.06.03.01	Recuperação de Pis e Cofins - Exclusão de ICMS da base de cálculo	0	0	48.618
7.06.03.02	Recuperação de Pis e Cofins - AVP	0	0	52.727
7.06.03.03	Outros receitas	-1.770	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.405.002	5.989.688	4.831.410
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.405.002	5.989.688	4.831.410
7.08.01	Pessoal	97.020	85.129	56.536
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.389	56.922	41.804
7.08.01.02	Benefícios	27.096	24.567	12.137
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.535	3.640	2.595
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.619.132	2.474.858	2.023.512
7.08.02.01	Federais	2.280.921	2.156.515	1.774.624
7.08.02.02	Estaduais	335.089	297.172	235.836
7.08.02.03	Municipais	3.122	21.171	13.052
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.613.793	370.027	223.378
7.08.03.01	Juros	1.505.353	285.100	166.727
7.08.03.03	Outras	108.440	84.927	56.651
7.08.03.03.01	Patrocínios	26.219	26.475	20.365

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

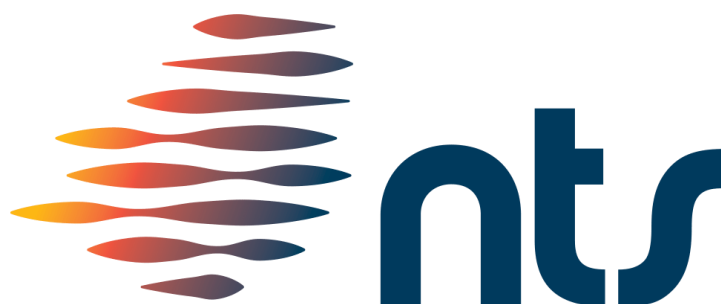
(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03.02	Fornecedores – serviços não operacionais	69.291	60.621	41.817
7.08.03.03.03	Outras remunerações de capitais de terceiros	12.930	-2.169	-5.531
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.075.057	3.059.674	2.527.984
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.439	87.318	111.712
7.08.04.02	Dividendos	2.262.838	2.304.928	2.012.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	770.780	667.428	404.026

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 SUMARIO

O ano de 2022 marca o compromisso da NTS com a abertura e o fortalecimento do mercado de gás natural do país. A entrada de novos carregadores em sua malha dutoviária, a celebração do acordo de redução de flexibilidade com a Petrobras, e sobretudo, o plano estratégico propondo soluções integradas para monetização do gás do pré-sal e a redução da dependência de gás importado, conferiram à Companhia protagonismo no desenvolvimento de infraestrutura logística fundamental à segurança energética do país.

No âmbito Operacional, a Companhia continua sua jornada em busca do *zero harm* (dano zero), registrando TAR (Taxa de Acidentes Registráveis) de 1,31 por milhão de homens-hora, abaixo dos limites operacionais máximos toleráveis definidos pela Companhia.

A Companhia investiu R\$ 430 Milhões, majoritariamente em expansão de capacidade, integridade de dutos e adequação ao sistema multicliente. As obras do projeto GASIG - gasoduto de 11km de extensão que viabilizará o escoamento do gás da rota 3 do pré-sal, com capacidade de transporte de 18 Mm3/dia - foram praticamente concluídas, com disponibilidade para operar já a partir do 1º trimestre de 2023.

No plano financeiro, a NTS promoveu ampla reestruturação societária e de sua dívida com alongamento e diluição de vencimentos, captando mais de R\$ 11 bilhões através de contratos bilaterais em moeda estrangeira e emissão de debentures e notas comerciais com ampla distribuição no mercado de capitais local com prazos de até 10 anos. A alavancagem financeira, medida pela razão Dívida Líquida / EBITDA, não ultrapassou 1,8x, enquanto sua geração de caixa cresceu 22% atingindo R\$ 6,3 Bi, reforçando a solidez financeira da Companhia.

A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 6,8 bi em 2022, enquanto o lucro líquido registrou R\$ 3,1 bi, registrando crescimento de respectivamente 17,5% e 13,2% em relação ao exercício de 2021, refletindo a indexação de 100% de suas receitas.

Na agenda ESG, a NTS assumiu compromissos importantes, aderindo ao Pacto Global da ONU e a Oil & Gas Methane Partnership (OGMP 2.0), evidenciando seu compromisso de transparência e aderindo às melhores práticas internacionais no tema. Dentro do pilar “S”, a companhia se tornou signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP), cujo princípios oferecem um guia para a empresa sobre como promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, delegando poder no ambiente de trabalho, mercado de trabalho e na comunidade.

1.2 DESTAQUES COMERCIAIS E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

Diante de um cenário internacional desafiador com a deflagração do conflito Rússia x Ucrânia e, conseqüentemente, a forte volatilidade no preço do GNL, a NTS apresentou análise abrangente e prospectiva do cenário de oferta e demanda de gás no país, evidenciando seu protagonismo na viabilização do suprimento de gás nacional ao mercado a médio e longo prazos e fomentando a transformação e expansão da logística de transporte de gás natural no país.

No contexto de instabilidade de preço e choque de oferta no cenário internacional, a Companhia vem desenvolvendo uma série de iniciativas que visam a dar sustentabilidade a um



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ambiente de maior estabilidade e competitividade para o mercado de gás nacional, dentre as quais podemos destacar:

Assinatura de Contratos Interruptíveis: Ao todo foram 7 contratos de transporte na modalidade interruptível com a SHELL, GALP e GERDAU. Tais contratos representaram um importante passo na democratização do acesso à infraestrutura de transporte de gás no mercado brasileiro;

Assinatura do Acordo de Redução de Flexibilidade de uso pela Petrobras: Tal instrumento possibilita o acesso de outros agentes ao sistema de transporte da NTS em modalidade firme, reforçando assim a prontidão da companhia para operar num ambiente multicliente e disponibilizando parte da capacidade firme de sua malha para novos carregadores;

Aquisição do Linepack: Aquisição de 40 milhões de m³ de volume de gás para formação do estoque de referência da rede de transporte da NTS, mecanismo esse fundamental para permitir a entrada de novos carregadores no sistema;

Assinatura de Contratos de Balanceamento de Gás: tais contratos permitem a compra e venda de molécula para uso exclusivo de balanceamento de gás do sistema. Através de contratos assinados com a GALP em 2022 e com a Petrobras em janeiro de 2023, a NTS se capacita a injetar (via compra) ou retirar (via venda) escassez ou excedente de gás que possa causar desbalanceamento no sistema.

Projeto GASIG: avanço de aproximadamente 81% das obras do primeiro projeto de expansão da malha de gasodutos de transporte de gás natural no Brasil após a implementação do novo marco regulatório do setor, em 2021. O GASIG terá 11 km de extensão e interliga Itaboraí a Guapimirim, viabilizando o escoamento do gás do pré-sal pela Rota 3, com capacidade de transporte de 18 Mm³/dia;

Comissionamento do Novo Ponto de Entrega – PE Cubatão II: a entrada em operação deste ativo possibilita o fornecimento de gás natural diretamente do gasoduto GASAN para a distribuidora local Comgás. Esta nova instalação, com capacidade de 1,5 MM m³/d, contribuirá para maior confiabilidade operacional.

Os investimentos no exercício foram majoritariamente direcionados ao projeto GASIG, à aquisição de estoque de referência de gás (linepack) e a conclusão do ponto de entrega Cubatão II. Esses projetos visam a expansão do nosso sistema e adequação da nossa malha a novos carregadores.

Ainda nesse período, a companhia deu continuidade à carteira de projetos com propósito de garantir a integridade, disponibilidade e confiabilidade dos gasodutos e equipamentos da malha. Como destaque podemos citar a execução de *overhaul* nas turbinas de duas estações de compressão, a continuidade na execução do plano de mitigação do SCC (estresse por corrosão) e a campanha de PIG para limpeza, inspeção e manutenção dos dutos.

Finalizando o ano, a NTS assinou um Memorando de Entendimentos (MoU) com a GNA - Gás Natural Açu, que representa o primeiro passo para os estudos de viabilização do projeto e licenciamento de um novo gasoduto, o GASINF - Gasoduto de Integração Norte Fluminense. Esta nova infraestrutura pretende conectar o Parque Termelétrico a gás natural, da GNA, no Porto do Açu, à malha de transporte da NTS em Macaé, no Rio de Janeiro.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Pelo acordo entre as partes, a NTS fica responsável pelo desenvolvimento do projeto, incluindo estudos técnicos, para implementação de uma infraestrutura de conexão, composta por um gasoduto de cerca de 105 km e ativos adicionais necessários para conectar o Parque Termelétrico a Gás Natural, da GNA.

1.3 DESTAQUES FINANCEIROS

Na gestão financeira e corporativa a companhia executou algumas transações importantes durante o ano de 2022, que permitiram a simplificação da estrutura societária e um reperfilamento do vencimento das suas dívidas corporativas.

Incorporação NISA: Em abril de 2022 foi concluída a incorporação da Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA"). As ações representativas de 8,5% e 91,5% do capital total da NTS passaram a ser detidas diretamente e respectivamente por Itaúsa S.A. e a Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações. A incorporação constituía obrigação da NISA prevista nos instrumentos e debêntures e notas comerciais assegurados pela Companhia por meio de fiança e permitiu a racionalização da estrutura societária e a redução de despesas administrativas. Com a efetivação da incorporação, a NTS sucedeu a NISA em todos os direitos e obrigações.

Captações NISA: No primeiro semestre de 2022, a NISA concluiu com sucesso a contratação de aproximadamente R\$ 5 bilhões de dívidas que foram garantidas pela Companhia por meio de outorga de garantia fidejussória na forma de fiança.

Captações NTS: No segundo semestre, visando a antecipar alguma volatilidade advinda do cenário eleitoral em curso e da crise geopolítica internacional deflagrada pelo conflito Rússia x Ucrânia, a Companhia concluiu em outubro de 2022 o processo de captação de aproximadamente R\$ 5 bilhões com propósito de antecipar o vencimento da debênture vincenda em Abril de 2023.

Por fim, os resultados financeiros apresentados pela NTS no ano de 2022 reforçam o sólido modelo de negócios no qual a companhia está inserida e sua robusta capacidade de geração de valor. O EBITDA do período alcançou R\$ 6,3 bilhões, representando um incremento de 20% em relação ao ano anterior.

Em janeiro de 2023, a Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo, mantendo o "AAA (bra)" com perspectiva estável concedido em 2022.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas ao longo de 2022, a dedicação e apoio dos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, dos nossos Diretores e gestores e de todas as equipes pelo trabalho realizado no período.

Erick Portela Pettendorfer

Alex Monteiro

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



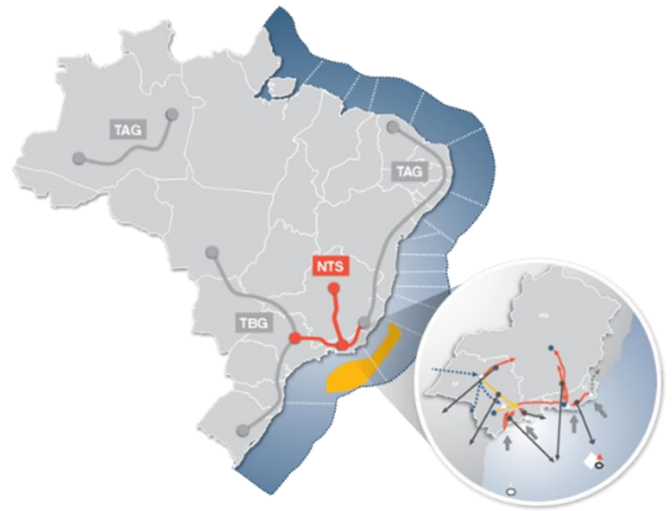
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho A NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE - NTS

2.1 NOSSO NEGÓCIO

A NTS (Nova Transportadora do Sudeste S/A – NTA) é uma empresa do segmento de transporte de gás natural no Brasil que transporta o ativo por meio de um sólido sistema de gasodutos, conectando a região Sudeste do país, região que atualmente responde por mais de 50% do PIB do Brasil e é responsável por movimentar aproximadamente 50% do consumo nacional de gás, através de mais de 2 mil km de dutos de alta pressão.

Seus ativos estão conectados na região que concentra quase a totalidade da oferta de gás nacional (incluindo o pré-sal) e na região de maior capacidade de terminais de GNL e consumo. A malha dutoviária da NTS está conectada a outras grandes transportadoras nacionais, permitindo assim melhor balanceamento.

A companhia opera em regime de autorização e com 100% da capacidade contratada em contratos comerciais de longo-prazo na modalidade *ship-or-pay* com vencimentos em 2025, 2030 e 2031. Ao longo da malha, a NTS possui 6 estações de compressão de gás, sendo 5 próprias.



A malha da NTS possui forte interligação entre seus gasodutos, conectando-se à produção nacional proveniente principalmente das bacias de Campos e Santos, ao gasoduto Bolívia-Brasil, de propriedade da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), aos gasodutos da região nordeste do Brasil, de propriedade da Transportadora Associada de Gás (TAG) e ao terminal de GNL da Baía da Guanabara, de propriedade da Petrobras, totalizando assim 9 pontos de recebimento e 47 pontos de entrega de gás na região.

2.2 VOLUME TRANSPORTADO EM 2022

A malha da NTS atende os maiores consumidores de gás do país, que são os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 2022, estes três estados demandaram aproximadamente 50%, 37% e 13% do gás entregue pela NTS, respectivamente.

Volume Médio de Gás Transportado (MM m³/dia)

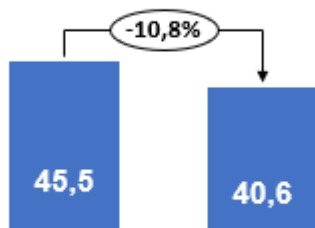


Figura 1*Os dados operacionais desta tabela não foram auditados pela auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda.

No ano de 2022, a média de volume entregue pela NTS foi de 40,6 milhões m³/dia, comparado a 45,4 milhões m³/dia em 2021. Redução justificada pela redução na demanda de energia elétrica gerada em função do menor despacho das usinas termoeletricas conectadas na malha da NTS principalmente a partir do segundo semestre de 2022. A manutenção dos reservatórios de água das usinas hidrelétricas em níveis elevados deve levar a uma manutenção do nível de transporte em 2023.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.3 CONTRATOS DE TRANSPORTE VIGENTES

A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural (ou Gas *Transportation Agreements* - GTA), regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Cada um dos GTAs refere-se a um gasoduto ou conjunto de gasodutos do sistema de transporte da NTS.

Ao longo de 2022, não houve nenhum evento que alterasse a capacidade firme contratada nos GTAs celebrados pela Companhia para efeito de cálculo da receita anual da NTS.

Na tabela abaixo temos, por contrato, a capacidade de transporte contratada e a movimentação média por dia.

Contrato	Capacidade contratada *	Movimentação média (MM m³/dia)		Vencimento
		2022	2021	
Malha Sudeste	43,8	25,9	33,8	31/12/2025
Malha Sudeste II	49,4	1,7	3,6	14/10/2031
GASDUC III	40,0	10,1	15,6	11/11/2030
GASTAU	20,0	13,3	10,4	30/11/2031
Paulínia – Jacutinga	5,0	0,2	0,3	14/01/2030
Total	158,2			

**Os dados operacionais desta tabela não foram auditados pela auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda.*

Em setembro de 2022, a NTS celebrou com o Carregador Petrobras, o Acordo de Redução de Flexibilidade e Aditivos de adequação aos GTAs, liberando em torno de 20% das capacidades nos Pontos de Entrada e nas Zonas de saída, possibilitando a entrada de novos carregadores na Rede de Transporte da NTS.

Ademais, em 2022 foram assinados 7 contratos interruptíveis para o transporte de gás natural, todos com vencimento em dezembro de 2022, sendo 4 contratos com a Galp, 2 contratos com a Shell e 1 contrato com a Gerdau, caracterizados pela prestação de transporte utilizando capacidade ociosa dos 5 GTAs supracitados.

2.4 A OPERAÇÃO

O ano de 2022 marcou o primeiro aniversário desde que a NTS assumiu definitivamente as atividades de operação e manutenção dos gasodutos de transporte de gás de sua propriedade, operação até então executada pela Petrobras Transporte S.A. (Transpetro).

Ainda em 2022 foi alcançada a certificação do SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos), concedida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP. Assim, a NTS planeja e executa as atividades de inspeção e manutenção nos gasodutos, pontos de entrega, estações de compressão e demais instalações da malha de gasodutos.

As atividades de manutenção e inspeção são necessárias para garantir a confiabilidade, disponibilidade, integridade e segurança operacional da infraestrutura de transporte de gás natural, tomando por base as melhores tecnologias e práticas do mercado. Mantemos um plano de auditoria regular dos ativos, cujo objetivo é verificar a adequação das atividades, instalações e prestadores de serviço.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

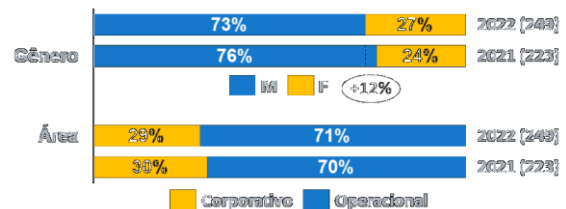
No ano, foram realizadas inspeções em seis gasodutos contabilizando lançamento de 25 PIG (ferramenta de manutenção, limpeza e prevenção dos dutos), com destaque para inovações nos métodos utilizados pela Companhia que viabilizaram o lançamento de PIG de limpeza sem a necessidade de descartar gás natural para a atmosfera, contribuindo para uma operação ambientalmente sustentável e economicamente rentável.

A empresa acompanha a transformação do panorama populacional e as mudanças nas condições de sua malha, promovendo melhoria contínua de sua operação com o projeto Classe de Locação, cujo objetivo é trabalhar em ações de mitigação dos efeitos do crescimento populacional em torno da faixa de dutos.

Além de definir padrões de segurança em função do risco relacionado à proximidade das comunidades nos locais em que estão instalados, a empresa reavalia a conformidade destes critérios e toma medidas visando à segurança de todos, tais como redução de pressão, instalações de placas de concreto, fitas e totens de sinalização e até mesmo substituição de trechos de gasodutos.

2.5 GENTE

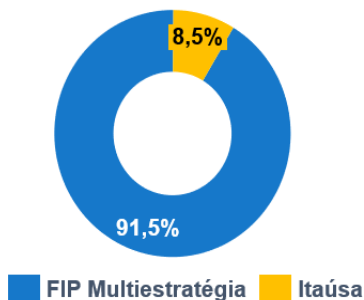
Encerramos o exercício com 249 posições de trabalho ocupadas e trabalhamos intensamente a pauta de Diversidade & Inclusão, inovação e outros temas ao longo do ano, além no constante cuidado em relação a prevenção à pandemia.



Em 2022, com a declaração do fim da emergência em saúde pública provocada pela pandemia da COVID-19 pelas autoridades brasileiras e melhora significativa dos indicadores epidemiológicos, as atividades da NTS voltaram a ser realizadas presencialmente em todas as instalações, com flexibilização de alguns protocolos sanitários.

O Programa de Diversidade continua focando na valorização de uma cultura diversa e de equidade, possibilitando, por exemplo, um aumento na proporção total de mulheres de 12% no quadro da NTS e um aumento ainda mais significativo nas posições de liderança, refletindo um acréscimo de 33% na proporção de mulheres quando comparado ao ano de 2021.

A Companhia também complementou o reforço em sua cultura de diversidade e inclusão oferecendo treinamentos e workshops voltados ao tema, incluindo temáticas sobre inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, diversidade étnico racial e LGBTQI+. Além disso, foram implantadas diversas práticas de ambiente de trabalho positivo e integração das equipes, incluindo *team buidings*, ações de qualidade de vida e descontração, para reforço da nossa cultura e valores.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****2.6 INCORPORAÇÃO NISA****Composição Acionária**

Em 12 de abril foi aprovada a incorporação da Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA") titular de ações representativas de 42,09% do capital social da Companhia ("Incorporação"). Com a efetivação da incorporação a NISA foi extinta de pleno direito e as ações representativas de 8,5% e 91,5% do capital total da NTS passaram a ser detidas diretamente e respectivamente por ITAUSA. e a Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP").



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Relatório da Administração da NTS referente ao exercício social findo em 31/12/2022, comparado ao exercício social findo em 31/12/2021, traz os seguintes destaques:

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Receita Operacional Líquida	6.777.519	5.765.779	17,5%	1.011.740
Custo dos serviços prestados	(833.752)	(887.538)	-6,1%	53.786
Lucro Bruto	5.943.767	4.878.241	21,8%	1.065.526
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(113.318)	(86.989)	30,3%	(26.329)
Lucro Operacional	5.830.449	4.791.252	21,7%	1.039.197
Resultado Financeiro Líquido	(1.222.909)	(210.094)	482,1%	(1.012.815)
Resultado antes dos impostos	4.607.540	4.581.158	0,6%	26.382
IR e contribuição social total	(1.532.483)	(1.521.484)	0,7%	(10.999)
Lucro líquido do período	3.075.057	3.059.674	0,5%	15.383

3.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2022, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 6,8 bilhões, 17,5% superior aos R\$ 5,8 bilhões registrados em 2021.

A receita operacional da NTS é integralmente gerada pelos seus GTAs firmes e interruptíveis. Variações no volume médio transportado têm impacto imaterial no faturamento, uma vez que os GTAs firmes contam com cláusula de encargo de capacidade não utilizada (*Ship-or-Pay*), ou seja, condição contratual que garante ao transportador previsibilidade e estabilidade da receita, uma vez que a receita é calculada com base na capacidade de transporte contratada, independentemente do volume efetivamente movimentado.

A variação da receita entre anos é explicada pelo reajuste de contratos pela inflação. A indexação ponderada anual dos 5 GTAs pelo IGP-M foi de aproximadamente 17,8%, impactando positivamente a receita entre os exercícios analisados.

Os encargos sobre serviços somaram R\$ 1,1 bilhões em 2022 e R\$ 938 milhões em 2021, distribuídos no âmbito federal (PIS/COFINS) e nas esferas estadual e municipal (ICMS/ISS). A variação é justificada pelo incremento da receita.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Receita Operacional Líquida	6.777.519	5.765.779	17,5%	1.111.740

3.2 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2022, o Custo dos Serviços Prestados somou R\$ 833 milhões, ou 12,3% da receita líquida, comparáveis a R\$ 888 milhões e 15,4% da receita líquida em 2021. Comparado ao ano de 2021, o custo dos serviços prestados reduziu em cerca de 54 milhões ou 6,1%.

O principal elemento que contribuiu para a redução do custo dos serviços prestados foram as variações nos custos de Operação & Manutenção (O&M) que é explicada pela



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

primarização da operação em julho de 2021 e o encerramento de contratos de acompanhamento técnico com a Transpetro.

Ao todo, a redução dos custos de Operação e Manutenção (O&M) entre exercícios foi de R\$ 155 milhões, sendo R\$ 80 milhões a menor na operação dos ativos, R\$ 61 milhões a menor em serviços de manutenção e R\$ 27 milhões a menor referentes ao contrato de apoio operacional com a Transpetro (TSA) e compensado por um aumento de dispêndio de R\$ 13 milhões com reparos geotécnicos e outros serviços.

A utilização da bandeira tarifária verde na maior parte do ano, em contrapartida com o ano anterior, permitiu uma redução nos dispêndios com energia elétrica no ano em 23%, ou quase R\$ 6 milhões de redução quando comparado com o ciclo anterior.

Já o ICMS do gás utilizado no sistema (ICMS-GUS) custou R\$ 3 milhões a menos em 2022 quando comparado ao custo incorrido em 2021, por conta da redução do volume transportado.

O custo com pessoal teve um aumento de R\$ 11 milhões devido à contratação de mão de obra técnica e especializada para compor os quadros da companhia no processo de primarização das atividades operacionais.

A companhia assinou contratos de balanceamento de gás que permitem a compra e venda de molécula para uso exclusivo de balanceamento do sistema. Esses contratos possuem um custo fixo e um custo variável quando acionados, permitindo assim à NTS injetar ou retirar algum excedente ou falta de gás que possa colocar o equilíbrio do sistema em risco.

Em 2022, houve um acréscimo de R\$ 20 milhões referente a esse serviço. No entanto, o mecanismo não tem nenhum impacto no lucro operacional da companhia, uma vez que o custo incorrido é totalmente repassado ao sistema (*pass-through*).

Os custos com direitos de passagem relativos às faixas de servidão tiveram incremento de R\$ 47 milhões entre os períodos analisados, justificados principalmente pelo acréscimo de custos com aluguel e manutenção/conservação de faixa cobrados pela Petrobras e Transpetro.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Custo dos serviços prestados	(833.752)	(887.538)	-6,1%	53.786
Operação e Manutenção	(49.387)	(204.250)	-75,8%	154.863
Treinamentos e seminários	(1.980)	(8.554)	-76,9%	6.574
Energia Elétrica	(19.517)	(25.417)	-23,2%	5.900
ICMS do gás utilizado no sistema	(8.327)	(11.143)	-25,3%	2.816
Custos ambientais	(2.428)	(2.555)	-5,0%	127
Serviços, Fretes, Aluguéis e Encargos	(29.536)	(27.800)	6,2%	(1.736)
Gerais				
Serviços de consultoria	(16.624)	(13.119)	26,7%	(3.505)
Seguros	(20.877)	(16.452)	26,9%	(4.425)
Depreciação	(424.850)	(414.265)	2,6%	(10.585)
Custos com pessoal	(60.764)	(49.363)	23,1%	(11.401)
Outros custos	(43.524)	(25.563)	70,3%	(17.961)
Gas de Balanceamento	(20.088)	-	n.a.	(20.088)

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Direito de Passagem	(135.850)	(89.057)	52,5%	(46.793)
% sobre a receita líquida	-12,3	-15,7	3,4 pp	

3.3 LUCRO BRUTO

A NTS apurou Lucro Bruto de R\$ 5,9 bilhões, um aumento de R\$ 1,1 bilhão ou 21,8% em relação a 2021, quando o lucro registrado foi de R\$ 4.9 bilhões. A margem bruta expandiu 3,1 pp, para 87,7% ante 84,6% em 2021. O incremento do lucro e da margem bruta é justificado principalmente pela expansão de 17,8% da receita operacional líquida, combinado à redução dos custos dos serviços prestados em 6,1% entre os períodos analisados.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Lucro Bruto	5.943.767	4.878.241	21,8%	1.065.526
Margem Bruta %	87,7	84,6	3,1 pp	

3.4 RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

As Receitas/Despesas Operacionais totalizaram um saldo negativo de R\$ 113 milhões em 2022, equivalente a 1,7% da receita operacional líquida, resultado que se compara ao saldo positivo de R\$ 87 milhões em 2021. O aumento das Despesas Administrativas foi de R\$ 26 milhões no período, ou equivalente a 30,3%, devido a maior despesa com patrocínio incentivados, aumento com pessoal e provisão trabalhista.

Com o retorno das atividades aos escritórios tivemos um aumento nas despesas de escritório e um maior volume de custos com assessorias jurídicas e consultorias especializadas impactaram o resultado negativamente em cerca de R\$ 5 milhões se comparado ao período de 2021.

Reforçando o compromisso da companhia em apoiar o desenvolvimento cultural, profissional e educacional das comunidades instaladas nas proximidades dos nossos ativos, a companhia aumentou no período em cerca de R\$ 6 milhões o montante de verbas incentivadas direcionado aos projetos e programas sociais.

Impactado pela indexação inflacionária na folha de pagamentos e pelo efeito do aumento de quadro em posições especializadas e de liderança iniciado em 2021, a companhia refletiu em 2022 um aumento do custo com pessoal em cerca de R\$ 10 milhões no período.

Por fim, a companhia reconheceu cerca de R\$ 15 milhões no período referente a contingências trabalhista, legal e cível, devido a reclassificação de possível para provável.

Esses números foram atenuados pela ausência de doações ao enfrentamento a COVID em 2022 e a inexistência de reversão de crédito fiscal no período que totalizaram R\$ 6 milhões e R\$ 9 milhões respectivamente.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Receitas/(Despesas) Operacionais	(113.318)	(86.989)	30,3%	(26.3329)
Despesas gerais e administrativas	(113.318)	(78.151)	45,0%	(35.167)
Doações	-	(6.000)	n.a.	6.000
Recrutamento e seleção	(1.329)	(2.167)	-38,7%	838
Serviços contratados	(492)	(1.191)	-58,7%	699
Aluguéis e taxas	(1.318)	(1.149)	14,8%	(1769)
Manutenções de licenças	(3.529)	(2.897)	21,8%	(632)
Despesas com escritório e outras	(6.001)	(5.268)	13,9%	(733)
Auditoria	(1.771)	(950)	86,5%	(821)
Assessoria jurídica, contábil e consultoria	(10.949)	(8.694)	25,9%	(2.255)
Patrocínios	(26.219)	(20.475)	28,1%	(5.744)
Despesas com pessoal	(39.782)	(30.101)	32,2%	(9.681)
Contingência trabalhista e legal	(15.010)	740	n.a.	(15.750)
Indenizações recebidas	(6.917)	-	n.a.	(6.917)
% sobre a ROL	-1,7%	-1,5%	(0,2) pp	
Recuperação de Impostos	--	(8.837)	n.a.	8.837.
% sobre a ROL	--	-0,2%	n.a.	
Baixa de ativos	--	--	--	--
% sobre a ROL	--	--	--	

3.5 LUCRO OPERACIONAL

Em 2022, o Lucro Operacional totalizou R\$ 5,8 bilhões, alcançando uma relação de 86% da receita operacional líquida apurada em 2022 e representando crescimento de 21.7% em relação ao Lucro Operacional registrado em 2021.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Lucro Operacional	5.830.449	4.791.252	21,7%	1.039.197
% sobre a receita líquida	86,0	83,1	2,9 pp	

3.6 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido apurado em 2022 foi negativo em R\$ 1,223 milhões, comparado a também negativos R\$ 210 milhões em 2021. A variação deveu-se principalmente à absorção da dívida da NISA no valor de R\$ 6,6 bilhões de reais como reflexo da incorporação reversa da NISA.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Dívida Bruta	12.217.500	5.342.018	128,7%	6.875.482



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Adicionalmente, a escalada da taxa de juros contribuiu para que a taxa CDI média atingisse o maior patamar em 7 anos, chegando a 12,4% no acumulado do ano 2022 frente 4,4% de 2021. Tanto as debêntures quanto as notas comerciais possuem remuneração atrelada ao CDI, assim como os empréstimos em moeda estrangeiras via derivativos apresentam seu custo final indexada ao CDI.

As Receitas Financeiras somaram R\$ 297 milhões no período, superior ao considerado no ano de 2021 em R\$ 217 milhões, principalmente devido ao aumento da taxa de juros (CDI) no período.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Resultado Financeiro Líquido	(1.222.909)	(210.094)	482,1%	(1.012.815)
Receitas financeiras	296.785	79.540	273,1%	217.245
Despesas financeiras	(1.519.694)	(289.634)	424,7%	(1.230.060)

A companhia encerrou o exercício com uma dívida bruta total equivalente de R\$ 12,2 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões referente ao principal da, conforme sumarizado na tabela abaixo.

Endividamento	Emissor Original	Moeda	Principal US\$	Principal R\$	Custo Final
Notas comerciais	NISA	R\$	-	1.500.000	CDI + 1,90%
Debêntures_1ª emissão	NISA	R\$	-	1.547.187	CDI+1,99%
Debêntures_2ª emissão	NISA	R\$	-	1.500.000	CDI+1,90%
Debentures_5ª emissão 1ª serie	NTS	R\$	-	1.000.000	CDI+1,30%
Debentures_5ª emissão 2ª serie	NTS	R\$	-	1.500.000	CDI+1,60%
Debentures_5ª emissão 3ª serie	NTS	R\$	-	1.000.000	CDI+1,85%
Empréstimo Scotia Bank	NISA	US\$	300.000	1.565.310	CDI+1,35%
Empréstimo Scotia Bank (2)	NTS	US\$	170.000	887.009	CDI+1,13%
Empréstimo MUFG	NISA	US\$	59.000	307.844	CDI+1,35%
Empréstimo CITI	NISA	US\$	90.000	469.593	112% CDI
Empréstimo SMBC	NTS	US\$	50.000	260.885	CDI+1,13%
Empréstimo BNP	NTS	US\$	80.000	417.416	CDI+1,90%
Total				11.955.244	

3.7 RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS

O Resultado antes dos Impostos totalizou R\$ 4,6 bilhões em 2022, valor semelhante ao de 2021, porém representa uma redução no percentual sobre a receita líquida em 11,5 pontos percentuais devido à deterioração do resultado Financeiro Líquido da companhia, conforme identificado no item anterior, e praticamente anulando o impacto positivo do maior Lucro Operacional no período.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Resultado antes dos Impostos	4.607.540	4.581.158	0,6%	26.382
% sobre a receita líquida	68,0	79,5	-11,5 pp	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.8 IMPOSTO DE RENDA E CSLL

Foram apurados R\$ 1,5 bilhão de IRPJ/CSLL correntes e diferidos em 2022, ante R\$ 1,5 bilhão em 2021, com alíquota efetiva permanecendo praticamente inalterada, atingindo 33,3% no ano.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
IR e contribuição social total	(1.532.483)	(1.521.484)	0,7%	(10.999)
% sobre resultado antes dos impostos	-33,3	-33,2	-0,0 pp	
IR e contribuição social correntes	(1.621.243)	(1.257.511)	28,9%	(363.732)
% sobre o resultado antes dos impostos	-35,2	-27,4	-7,7 pp	
IR e contribuição social diferidos	88.760	(263.973)	-133,6%	352.733
% sobre o resultado antes dos impostos	1,9	-5,8	7,7 pp	

3.9 LUCRO LÍQUIDO

Em 2022, a NTS registrou Lucro Líquido de R\$ 3,1 bilhões, resultado equivalente a 45,4% da receita líquida e R\$ 15 milhões superior ao montante de R\$ 3,1 bilhões em 2021.

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Lucro líquido	3.075.057	3.059.674	0,5%	15.383
% sobre a receita líquida	45,4	53,1	-7,7 pp	

3.10 EBITDA

A companhia entregou em 2022 um EBITDA de R\$ 6,3 bilhões, comparáveis ao total de R\$ 5,2 bilhões em 2021. A margem EBITDA se mostrou superior em 2,0 pp, atingindo 92,3% ante 90,3% em 2021, sendo positivamente impactada pelo aumento na receita operacional líquida e redução dos custos dos serviços prestados.

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais)	2022	2021	Var.	Var. 22 x 21
Lucro Líquido	3.075.057	3.059.674	21,0%	15.383
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.532.483	1.521.484	22,5%	10.999
Resultado Financeiro	1.222.909	210.094	95,6%	1.012.815
Depreciação e Amortização	424.850	414.265	7,9%	10.585
EBITDA	6.255.299	5.205.517	22,2%	1.049.782
Margem EBITDA %	92,3	90,3	2,0 pp	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.11 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Em 31/12/2022 o Ativo Imobilizado, líquido de depreciação, totalizou R\$ 7,7 bilhões, comparável a R\$ 7,8 bilhões em 31/12/2021. A redução do saldo deve-se basicamente à depreciação ocorrida entre períodos já liquida da entrada de novos investimentos.

Encerramos o exercício com endividamento bruto de R\$ 12,2 bilhões, valor superior ao final de 2021 devido à contratação de novas dívidas e absorção das debêntures e notas comerciais reflexo da incorporação reversa da NISA concluída em Abril de 2022.

O montante em caixa segue em linha com o total apurado ao final de 2021, se mantendo na ordem de R\$ 2,3 bilhões.

Endividamento (Em milhares de Reais)	31/12/2022	31/12/2021
Dívida Bruta	12.217.500	5.342.018
Notas comerciais	1.545.338	
Debêntures_2ª emissão	--	5.279.848
Debêntures_1ª emissão NISA	1.580.574	
Debêntures_2ª emissão NISA	1.545.338	
Debêntures_5ª emissão - 1ª série	1.032.479	
Debêntures_5ª emissão - 2ª série	1.549.791	
Debêntures_5ª emissão - 3ª série	1.023.698	
Empréstimo Santander (CCB)	--	62.170
Empréstimo Scotia Bank (a)	1.573.353	
Empréstimo Scotia Bank (2) (a)	897.919	
Empréstimo MUFG (a) / (b)	310.042	
Empréstimo CITI (a)	472.263	
Empréstimo SMBC	264.470	
Empréstimo BNP	422.235	
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	167.100	
Caixa	(2.294.317)	(2.235.391)
Dívida Líquida	10.090.283	3.106.627

Em outubro de 2022 a companhia concluiu o processo de captação de aproximadamente R\$ 5 bilhões visando a antecipar o resgate da 2ª Debênture emitida em 2018 e com prazo de vencimento em abril de 2023.

A captação envolveu, entre outros instrumentos, a emissão de debêntures ICVM 476 no montante total de R\$ 3,5 bilhões, com vencimentos em 5, 7 e 10 anos, constituindo a maior emissão com distribuição ampla no mercado de capitais nacional em 2022.

Além disso foram contratados empréstimos estrangeiros na modalidade 4131 junto as instituições financeiras. O montante da ordem R\$ 1,5 bilhões, foi completamente convertido para Reais e CDI a partir da contratação de instrumentos de derivativos.

Com a contratação dos instrumentos de derivativos, a carteira de empréstimo financeiros da companhia encontra-se 100% exposta em reais e em CDI.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.12 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2022

A NTS opera ativos regulados que devem ser mantidos em condições de operação a plena capacidade durante a vigência das autorizações de operação.

Em 2022, os investimentos totais foram de R\$ 430 milhões, ante investimentos de R\$ 202 milhões em 2021. Os investimentos da companhia podem ser agrupados em 2 grandes categorias.

Uma primeira categoria de investimentos está relacionada em garantir a integridade, disponibilidade e confiabilidade dos gasodutos e equipamentos, seja por meio de melhorias, adequações ou modernizações. Os principais projetos executados com esse propósito em 2022 foram:

- *Overhaul* de turbinas na ECOMPs de Taubaté e Vale do Paraíba;
- Plano de mitigação de SCC (corrosão por estresse) com 35 escavações no ano.
- Campanhas de PIG para limpeza, inspeção e reparo de dutos;
- Reforma das bases operacionais

É imprescindível para a companhia manter a capacidade de transporte de acordo com as obrigações contratuais de cada um dos GTAs, assim como executar investimentos associados à conformidade legal e regulatória.

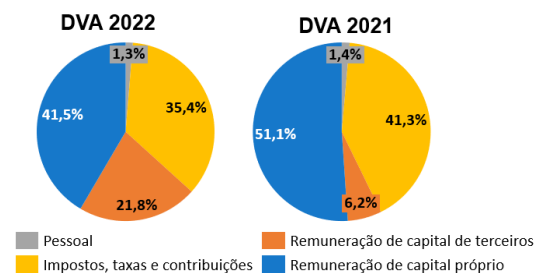
Uma segunda categoria de investimento está diretamente relacionada à expansão do sistema ou adequação técnica que viabilize a entrada de novos carregadores e possibilite a companhia atender a demanda de multiclientes. Os principais projetos executados com esse propósito em 2022 foram:

- Projeto GASIG;
- Aquisição do *Linepack*;
- Ponto de Entrega Cubatão II

Dentre os investimentos acima, podemos destacar o início e conclusão físico-financeira de mais de 80% das obras do GASIG, projeto sob responsabilidade exclusiva da NTS que constitui a construção de um trecho de 11 quilômetros de dutos e capacidade para 18,2 milhões de metros cúbicos dia. Com avanço físico chegando a 81% em dezembro, foi concluído o ponto de recebimento de Itaboraí, instalação que marca o início do duto.

3.13 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A distribuição do valor adicionado totalizou aproximadamente R\$ 7,4 bilhões em 2022, valor 23,6% superior ao adicionado em 2021, sendo que 41,5% deste valor foi direcionado para a remuneração do capital próprio, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, 35,4% para impostos, taxas e contribuições, 21,8% para remuneração de capital de terceiros e 1,3% para pessoal.





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais	2022	2021	Var.
Pessoal	97.020	85.129	14,0%
Impostos, taxas e contribuições	2.619.132	2.474.858	5,8%
Remuneração de capital de terceiros	1.613.793	370.027	336,1%
Remuneração de capital próprio	3.075.057	3.059.674	0,5%
TOTAL DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.405.002	5.989.688	23,6%

3.14 AUDITORES INDEPENDENTES

A auditoria externa independente, cuja contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, examina as demonstrações financeiras da Companhia após o fim de cada um dos três primeiros trimestres do exercício social em curso e nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Tais demonstrações são aprovadas pelos acionistas da NTS em Assembleia Geral, com base em manifestação do Conselho de Administração e parecer elaborado pelo Conselho Fiscal. A cada cinco exercícios sociais consecutivos, a empresa contratada deve ser substituída para garantir isonomia, independência e transparência ao processo de auditoria.

Em 2022, os honorários de auditoria externa correspondente às revisões trimestrais conduzidas pelos auditores sobre as demonstrações intermediárias e anual da Companhia totalizaram R\$ 845 mil (R\$ 769 mil em 2021).

3.15 RATING

A NTS possui rating corporativo nacional de longo prazo e rating da segunda emissão de debentures da Companhia “AAA (bra)”, com manutenção da perspectiva estável, emitido pela agência classificadora de risco de crédito Fitch Ratings.

O rating foi reafirmado em janeiro de 2023 e reflete o sólido modelo de negócios da NTS, sustentado por contratos de longo prazo sem risco volumétrico e pelo perfil de baixo risco da indústria de transporte de gás natural do Brasil. O relatório da Fitch está disponível para consultas em <https://ri.ntsbrasil.com>

3.16 GESTÃO DE RISCOS

Anualmente, realizamos o inventário dos riscos corporativos, mensuração do impacto qualitativo, probabilidade de ocorrência e vulnerabilidade e, por fim, estabelecemos planos de ação para cada risco com objetivo de reduzi-los a um nível residual aceitável. A NTS busca desta forma endereçar os riscos que possam afetar sua continuidade operacional, o atingimento da estratégia e os objetivos da Companhia além de contemplar uma análise de riscos ESG considerando desde impactos operacionais a impactos corporativos.

A NTS adota o modelo de *Enterprise Risk Management* (ERM), baseado nos princípios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO 2017), para suporte ao processo de gestão de riscos corporativos, e subsequente ação de prevenção ou mitigação destes riscos. Além disso, a NTS estabeleceu um Comitê de Riscos e ESG formado pelo CEO, os *risks owners* de cada área, a auditoria interna e membros do grupo de gestão de risco e ESG que se reúnem trimestralmente para acompanhar os resultados e discutir qualquer necessidade de ação.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Comitê de Riscos e ESG tem como objetivo assessorar o management nos principais temas de riscos, avaliando os resultados de mensuração e indicadores de riscos, promovendo e priorizando ações de acordo com a criticidade e relevância de cada risco subsidiando as Diretorias executivas nas tomadas de decisão. Por fim, o gerenciamento e status dos planos de mitigações dos riscos são compartilhados trimestralmente com o Conselho de Administração.

Outra importante ferramenta utilizada na gestão de riscos é a contratação de seguros. A NTS adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A companhia possui diversas apólices para cobertura de riscos operacionais e lucros cessantes, riscos ambientais, responsabilidade civil geral, responsabilidade civil, D&O, responsabilidade civil profissional (E&O), riscos de engenharia, responsabilidade civil de obras, patrimonial, fraude corporativa, proteção de dados e responsabilidade cibernética. Ao final de 2022, a cobertura de todas as apólices somava aproximadamente R\$ 2,6 bilhões.

Vale também destacar que a NTS teve, pelo quinto ano consecutivo, seu ambiente de controles internos (SOX) 2022 certificado por auditores externos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ASPECTOS AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇÇA (ESG)

4.1 AMBIENTAL

Reforçando seu compromisso na agenda, a companhia realizou avaliação com apoio de consultoria externa para entender com mais detalhes o grau de maturidade da NTS na agenda ESG e os avanços alcançados até o momento. A partir dessa avaliação, a Companhia elaborou um plano de ação que prevê um conjunto de ações e iniciativas nos 3 eixos: Ambiental, social e governança

Dado o modelo de negócio da companhia e a recente transição operacional, as maiores oportunidades de melhoria se apresentam na agenda ambiental, com foco em mudança climáticas, gestão de recurso naturais e preservação da biodiversidade. Não exaustivo, o plano contempla ações buscando aumentar o nível de transparência e maior integração das práticas ESG à estratégia da companhia, além de maior foco no relacionamento com comunidades e fornecedores críticos.

O plano, já iniciado em 2022 e com duração de 3 anos, contemplou algumas iniciativas ainda 2022, das quais podemos destacar:

- Adesão ao Pacto Global da ONU no Brasil, em um acordo de cooperação voluntária em que empresas são convocadas a desenvolver ações que contribuam para os desafios da sociedade, além de alinhar suas estratégias e operações aos Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.
- De forma pioneira, a NTS também se tornou a primeira empresa brasileira a aderir à *Oil & Gas Methane Partnership 2.0* (OGMP 2.0), iniciativa global coordenada pela ONU, que fomenta transparência e precisão nos relatórios de emissão de metano com foco na mitigação das mudanças climáticas.
- Elaboração do Inventário piloto para emissões fugitivas de gás de efeito estufa cobrindo o escopo 1, 2 e 3. Espera-se divulgar ainda no primeiro semestre de 2023 o inventário final (ano base 2022) e assim permitir a companhia a definir metas claras para redução de emissões.

4.2 SOCIAL

O investimento social da NTS tem como objetivo estimular o engajamento social entre a empresa e as comunidades por onde atua, em uma área de abrangência de 93 municípios e cerca de 200 comunidades, localizadas na área de influência direta da nossa malha, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Diante dessa amplitude sentimos a necessidade de realizar uma leitura social dos municípios, por meio de um levantamento de indicadores sociais, definindo os locais mais vulneráveis e, portanto, prioritários para o direcionamento dos nossos investimentos sociais.

Para aprimorar ainda mais o aporte, realizamos diagnósticos sociais dos municípios prioritários, mapeando seus interlocutores para entender a realidade local e como podemos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

atuar para contribuir com o seu desenvolvimento. Entre 2021 e 2022 diagnosticamos 22 municípios e nossa meta é mapear mais 14, até 2024.

Essa metodologia de reconhecimento dos territórios nos subsidia na criação de canais de comunicação e na localização mais precisa dos locais onde nossos projetos podem ser implantados, de forma que essas localidades reconheçam, cada vez mais, a NTS como a proprietária dos gasodutos que transportam gás natural de forma segura e sustentável.

Iniciamos também a visita a todos os proprietários da malha de dutos para apresentar a NTS como a proprietária operadora dos ativos e transportadora de gás natural da região Sudeste, abrindo um canal direto de relacionamento com esse público. O avanço desse projeto no final de 2022 foi de 25% de seu escopo com finalização prevista para maio de 2023.

No âmbito do relacionamento comunitário, nosso time de comunicadores sociais fez cerca de 370 visitas de campo, apoiando a liberação de área para investigações de integridade dos dutos, acompanhamento dos projetos sociais patrocinados, participação em simulações de emergência e de aviso de atividades de manutenção nas comunidades.

As nossas ações de responsabilidade social se concentram em patrocínios de projetos sociais por leis de incentivo fiscal, realizados desde 2018. Até 2021, foram patrocinados 67 projetos e investidos R\$ 62 milhões. No ano de 2022, investimos R\$ 25,5 milhões, distribuídos em 38 projetos, totalizando R\$ 87,5 milhões, ao longo de 4 anos.

Nossa carteira é composta por projetos que beneficiam instituições sociais sediadas nos municípios onde estamos presentes e por projetos de educação ambiental, capacitação profissional, ações culturais e teatrais, implantadas de forma itinerante pelos municípios da nossa malha. Dessa forma, a NTS também transporta benefícios sociais por onde passa.

Em 2022, a NTS impactou positivamente com cerca de 60 mil beneficiários diretos em 73 municípios, sendo 52% deles na área de influência direta dos gasodutos, beneficiando diretamente nossos vizinhos.

Algumas instituições patrocinadas:

Projeto Condomínio Cultural – Instituto Dagaz em Volta Redonda/RJ - promoção de sessões de cinema, oficinas de incentivo à leitura e de meio ambiente, além de aulas de dança, de teatro, de capoeira e circo nas comunidades de Santo Agostinho.

Projeto Mão na Massa, Associação Lar Feliz em Jagariuna/SP – O Mão na Massa oferece curso de culinária para jovens infratores terem uma oportunidade de profissionalização, envolvendo seus familiares para permitir suas ressocializações.

Jovens Conectados, União Saúde Sem Fronteiras em Mauá/SP – Oferece bolsas para adolescentes em vulnerabilidade social e econômica, da região de Mauá, através da formação em tecnologia da comunicação, proporcionando caminhos para entrada no mercado de trabalho e para empreender no mundo digital.

Projeto Itinerante Monet à Beira D'Água – Projeto itinerante que levou a exposição Monet à Beira D'Água para escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, aproximando a arte de mais de 9 mil alunos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3 SAÚDE E SEGURANÇA

A NTS tem reforçado continuamente sua cultura de segurança pela aplicação de auditorias comportamentais conduzidas pela liderança e orientação das equipes na mudança de comportamento, reforçando o compromisso e cuidado ativo genuíno - cuide-se, cuide dos outros e permita ser cuidado

Operar os ativos de maneira segura e em harmonia com o meio ambiente é um compromisso e obrigação de todos os empregados e contratados, que se estende as comunidades do entorno. Para tanto, adotamos sistemas e práticas de gestão de saúde, segurança, meio ambiente e qualidade em todas as operações, assegurando o entendimento estratégico das questões relativas a esses temas, fundamentais para atingir os resultados esperados pela organização.

A NTS acredita que todo trabalho pode ser realizado com zero dano, sem acidentes ou incidentes de alto potencial. Nosso Programa zero dano é alcançável e se baseia em três pilares:

Nossa gente, com objetivo de fortalecer a cultura preventiva em Saúde, Segurança e Meio Ambiente;

Nossas instalações, para assegurar locais de trabalho isentos de riscos e com olhar preventivo sob a segurança de processos;

Sistema de Gestão Integrada (SGI), para que procedimentos e documentos estejam alinhados às boas práticas em Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade.

A apuração da Taxa de Acidentes Registráveis para a NTS atingiu 1,31 por milhão de homens-hora ficando abaixo dos limites operacionais máximos toleráveis definidos pela Companhia. O ano de 2022 mobilizou toda NTS na adequação do Sistema de gestão aos critérios de certificação definidos nas Normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 45001 (Saúde e Segurança) e ISO 14001 (Meio Ambiente). No final de 2022, a NTS recebeu a auditoria fase 1, onde a classificadora recomendou que a NTS realizasse a auditoria de certificação no início do ano seguinte.

4.4 ÉTICA E INTEGRIDADE

Um dos comportamentos norteadores dentro da cultura da NTS trata sobre agir com integridade, transparência e com base na legalidade. A Companhia possui um programa permanente de *Compliance*, apoiado por um Comitê de Ética e Integridade.

O gerenciamento e avaliação de riscos de corrupção são realizados pelas áreas de Compliance e Controles Internos e Riscos que atuam em conjunto para o fortalecimento do compromisso da NTS de atuar de forma ética e em conformidade com as leis aplicáveis.

Conforme previsto em nosso Programa, periodicamente elaboramos e revisamos uma matriz de riscos de corrupção e suborno, que mapeia os processos potencialmente mais expostos. Durante o ano, os processos mapeados são acompanhados e embasam o



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

planejamento das ações de comunicação, conteúdo de treinamentos e ajustes em políticas e normativos.

Além disso, para mitigar riscos na contratação de determinados fornecedores, a NTS realiza uma avaliação do ponto de vista de Compliance (*due diligence*), que é renovada periodicamente e traz como regra cláusulas anticorrupção e de aderência ao Código de Ética para os contratos que celebra. A Companhia também realiza treinamentos antissuborno e anticorrupção para determinados terceiros e monitora periodicamente diversos aspectos do seu Programa de Compliance.

Dentre os instrumentos que apoiam a gestão da integridade corporativa estão:

- Código de Conduta Ética Profissional da NTS,
- Política Antissuborno e Anticorrupção,
- Política de Divulgação de Informações,
- Política de Ambiente de Trabalho Positivo e o Canal Confidencial.

As normas e políticas de Compliance são atualizadas e revisadas anualmente de acordo com as melhores práticas. Todos os empregados e terceiros que desempenham atividades na NTS realizam anualmente os treinamentos sobre o Código de Ética, a Política Antissuborno e Anticorrupção, Conflitos de Interesses e Interações com o Poder Público, bem como precisam atualizar as declarações de inexistência de Conflito de Interesses, de Conformidade ao Código de Ética e sobre a observância da Política Antissuborno e Anticorrupção.

4.5 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A NTS é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, conforme Estatuto Social. O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da NTS, com funções deliberativas, enquanto à Diretoria compete a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral.

Há, ainda, na estrutura de governança corporativa da NTS, um Conselho Fiscal de caráter permanente, com as atribuições e deveres previstos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal, do Estatuto Social ou por determinação da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por até 10 membros titulares e seus suplentes. Todos os membros titulares e suplentes têm mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada em abril de 2023. A Diretoria Executiva Estatutária é composta por 3 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Operações e 1 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

A NTS conta ainda com a estrutura de auditoria interna, responsável por avaliar de forma independente a eficácia de processos, normas e políticas, bem como questões de conduta e ética recebidas por meio do Canal Confidencial, de acordo com o Código de Conduta Ética Profissional da NTS. O reporte da auditoria interna é feito diretamente ao Conselho de Administração.

Outra importante ferramenta de governança é a adoção de diversas políticas e normas, tais como:

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- Código de Conduta Ética Profissional;
- Política Antissuborno e Anticorrupção;
- Política de Gestão de Crise de Imagem;
- Política para Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Segurança da Informação;
- Política de Sustentabilidade;
- Política de Ambiente de Trabalho Positivo;
- Norma de Gestão de Riscos;
- Norma de Governança de Dados Pessoais;
- Procedimento de Gestão de Emissões Atmosféricas e Ruído Ambiental;
- Procedimento de Gestão de Resíduos Sólidos;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e Suas Operações

A Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("NTS" ou "Companhia") foi constituída em 15 de janeiro de 2002, tendo como objetivo a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos na região sudeste do Brasil, contemplando malha de gasodutos que se estendem entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Atualmente a Companhia tem como atividade principal o transporte de gás natural, não sujeito à sazonalidade.

Os gasodutos de transporte correspondem a dutos, integrantes ou não de um sistema de transporte de gás natural, destinados à movimentação de gás natural ou à conexão de fontes de suprimento, conforme os critérios estabelecidos na Nova Lei do Gás abaixo mencionada, podendo incluir complementos e componentes, nos termos da regulação da ANP.

A principal atividade exercida pela Companhia é objeto de monopólio da União, sendo a Companhia detentora de autorizações de operação emitidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

Em setembro de 2016, a Petrobras anunciou ao mercado a operação de venda de 90% das ações por ela detidas na NTS para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

Em 4 de abril de 2017, a operação de venda da NTS foi concluída com a aquisição pelo FIP de 90% das ações da NTS e com a subsequente venda pelo FIP, na mesma data, de 7,65% das suas ações na NTS para a Itaúsa S.A ("ITAÚSA")

Em 30 de abril de 2021, foi concluída a compra da totalidade das ações detidas pela Petrobras, correspondente a 10% do capital social da Companhia, pela Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA"), sociedade que tinha como acionistas os acionistas controladores da Companhia, o FIP e a ITAÚSA. Em 16 de dezembro de 2021, os acionistas FIP e ITAÚSA realizaram aporte de acervo líquido na NISA via transferência de 741.916.697 (setecentos e quarenta e uma milhões, novecentos e dezesseis mil e seiscentos e noventa e sete) ações, correspondente à 32,09% do total das ações da Companhia.

Em 12 de abril de 2022, foi aprovada a incorporação da NISA pela Companhia ("Incorporação"). A Incorporação foi precedida pela elaboração de laudo de avaliação do valor do patrimônio líquido contábil da NISA, elaborado por especialista independente com base nos saldos contábeis de 31 de março de 2022, e permitiu a racionalização da estrutura societária e a redução de despesas administrativas. A incorporação constituía obrigação da NISA prevista nos instrumentos e debêntures e notas comerciais assegurados pela Companhia por meio de fiança e, com a efetivação da incorporação, a NTS sucedeu a NISA em todos os direitos e obrigações. Após a conclusão da operação, totalidade das ações da

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas Operações (continuação)

Companhia passou a ser detida diretamente por Itaúsa e FIP, na proporção de 8,5% e 91,5% das ações representativas do capital social da Companhia, respectivamente.

1.2. Aprovação da Nova Lei do Gás

Em 8 de abril de 2021, foi sancionado pelo Presidente da República a Lei 14.134, a chamada “Nova Lei do Gás”. A lei traz inovações relacionadas às atividades desempenhadas pela NTS, dentre as quais: (i) estabelecimento de regime de autorização para todas as atividades de transporte de gás natural, sem prazo de vigência; (ii) novas regras para operação e balanceamento em gasodutos e sistemas de transporte de gás natural; e (iii) determinação de regras de independência e autonomia dos transportadores de gás natural em relação aos agentes que exerçam atividades concorrenciais da indústria de gás natural. Traz, ainda, previsões para assegurar os direitos dos transportadores nos contratos de serviço de transporte vigentes, incluindo aqueles relacionados à proteção da receita atualmente auferida pelos transportadores para adequação ao novo regime de contratação de capacidade por entrada e saída.

1.3. Aquisição de volume de gás para estoque da rede de transporte (“Linepack”)

Em 17 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o processo de aquisição de 40.000 m³ (quarenta milhões) de volume de gás para formação do estoque de referência da rede de transporte da Companhia (“Linepack”), necessário para viabilizar a operação de transporte com múltiplos carregadores. Tal aprovação foi respaldada pela decisão dada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que, por meio do Ofício Nº 17/2022/SIM/ANP-RJ de 25 de fevereiro de 2022, aprovou a aquisição do referido volume bem como a inclusão deste investimento nas tarifas de transporte de gás da Companhia, após análise técnica e econômica dos dados apresentados.

A aquisição dos 40.000 m³ (quarenta milhões) de volume foi realizada entre abril de junho de 2022 pelo equivalente a R\$ 134.853, sendo que deste total, aproximadamente 9.200 m³ (nove milhões e duzentos mil) ou R\$ 30.200 foram classificados como estoque de gás e o restante como parte do imobilizado da Companhia.

1.4. Assinatura do Acordo de Redução de Flexibilidade de uso pela Petrobras e aditivo aos Contratos de Serviço de Transporte

Conforme compromissos assumidos pela Petrobras junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no âmbito do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), celebrado em 8 de julho de 2019, a Companhia e a Petrobras assinaram em 30 de setembro de 2022, o Acordo para a Redução de Flexibilidade e aditivos aos 5 Contratos de Serviço de Transporte existentes, com o objetivo de, entre outros aspectos, formalizar a limitação da flexibilidade da Petrobras em tais contratos, para assim, nos termos assumidos no âmbito do TCC,

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas Operações (continuação)

1.4. Assinatura do Acordo de Redução de Flexibilidade de uso pela Petrobras e aditivo aos Contratos de Serviço de Transporte__ (Continuação)

viabilizar a oferta pela NTS de capacidade firme ao mercado, no regime de entrada e saída, sob a supervisão da ANP. Tal instrumento possibilita o acesso de outros agentes ao sistema de transporte da NTS de forma isonômica com a Petrobras, reforçando assim a prontidão da Companhia para operar num ambiente multicliente e disponibilizando parte da capacidade firme de sua malha para novos carregadores. Nesse mecanismo não há impacto no lucro operacional da Companhia, uma vez que toda receita gerada é repassada para a Petrobras detentora da capacidade contratada originalmente.

Em razão da assinatura do Acordo, os Contratos de Serviço de Transporte foram aditados para incorporar seus efeitos além de outras atualizações, cujas principais são detalhadas a seguir: a) formalizar mecanismo para o cálculo tarifário correspondente ao repasse dos valores investidos pela Companhia na aquisição do estoque de gás, necessários para a operação das suas infraestruturas de transporte no regime de entrada e saída; b) Permitir que a Companhia passe a ter a opção de adquirir o Gás para Uso do Sistema (GUS) da Petrobras ou terceiros, sendo os custos associados recobrados aos carregadores pela Companhia por meio de encargo específico; c) adicionar novo regramento de balanceamento e correção de desequilíbrios, de forma que os contratos de transporte entre a Companhia e a Petrobras possam conviver com os novos contratos de transporte no regime de entrada e saída decorrentes do Acordo de Redução de Flexibilidade, d) Inclusão de dispositivo disciplinando mecanismo de dedução de valores a serem pagos pela Petrobras à Companhia, em função da receita auferida e oriunda de novos contratos de serviço de transporte no regime de entrada e saída que venham a ser celebrados junto a outros carregadores em decorrência do Acordo.

2. Reestruturação societária

Em 21 de outubro de 2016, teve início uma reestruturação societária na NTS. Por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da NTS, foram aprovados: (i) o aporte de capital com o acervo líquido formado por ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil com data-base de 31 de agosto de 2016, (ii) a transferência das respectivas autorizações de operação emitidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para a NTS; e (iii) a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados.

O acervo líquido da NTS, no valor de R\$2.308.843, era composto por ativos na região Sudeste do Brasil (R\$8.050.238) e dívida (R\$5.741.395) representada pelas Notas Promissórias emitidas pela NTS em favor da Petrobras Global Trading (PGT).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Reestruturação societária__ (continuação)

Ainda em 21 de outubro de 2016, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da TAG aprovando a redução de seu capital social, mediante a transferência da totalidade de suas ações na NTS para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 24 de outubro de 2017, a ANP emitiu autorizações de operação definitivas em nome da NTS com relação a todos os seus gasodutos.

Nessa mesma data, foram celebrados aditamentos aos contratos de formação e operação do Consórcio Malhas de modo a excluir a NTS do referido Consórcio.

Em 25 de outubro de 2016, como consequência da reestruturação societária conduzida pela Petrobras e TAG, bem como do aporte líquido de ativos da TAG na NTS, certos contratos foram cedidos pela TAG para a NTS, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) Contrato de Serviço de Transporte Malhas Sudeste, com extensão de 1.274,67 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 43,8 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025. Os seguintes gasodutos fazem parte deste contrato: RECAP-RPCB (GASAN), Campinas-Rio (GASCAR), ESVOL-RECAP (GASPAL), REDUC-ESVOL (GASVOL), Rio de Janeiro-Belo Horizonte (GASBEL), Ramal de Campos Elíseos (16 polegadas);
- (b) Contrato de Serviço de Transporte Malhas Sudeste II, com extensão de 405 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 49,4 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até outubro de 2031. Os seguintes gasodutos fazem parte deste contrato: Japeri-REDUC (GASJAP), RECAP-RPBC (GASAN II) Guararema-Mauá (GASPAL II), Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II);
- (c) Contrato de Serviço de Transporte Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com extensão de 93 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 5,0 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até janeiro de 2030;
- (d) Contrato de Serviço de Transporte Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com extensão de 180 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 40 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; e
- (e) Contrato de Serviço de Transporte GASTAU para transporte diário de gás, com volume contrato de 20 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031

Até julho de 2021, a operação e manutenção da malha de gasodutos da NTS, era realizada com suporte e apoio técnico da Petrobras Transportes S.A. – Transpetro. A partir de agosto de 2021, a NTS assumiu toda a operação da sua malha.

Ainda em razão da reorganização realizada e de seus reflexos em relação ao Consórcio Malhas Sudeste, especificamente no que se refere à alteração da natureza dos contratos que regiam sua formação e operação, em 24 de outubro de 2016, foi realizada reavaliação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme disposto no ICPC 03, dos contratos vigentes entre NTS e Petrobras, já que as características de arrendamento mercantil foram substituídas pelo formato de prestação de serviços.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Reestruturação societária__ (continuação)

Em setembro de 2016, a Petrobras anunciou ao mercado a operação de venda de 90% das ações por ela detidas na NTS para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

Em 4 de abril de 2017, a operação de venda da NTS foi concluída com a aquisição pelo FIP de 90% das ações da NTS e com a subsequente venda pelo FIP, na mesma data, de 7,65% das suas ações na NTS para a ITAÚSA .

Em 30 de abril de 2021, foi concluída a compra da totalidade das ações detidas pela Petrobras, correspondente a 10% do capital social da Companhia, pela Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA"), sociedade que tinha como acionistas os atuais acionistas controladores da Companhia, o FIP e a ITAÚSA. Em 16 de dezembro de 2021, os acionistas FIP e ITAUSA realizaram aporte de acervo líquido na NISA via transferência de 741.916.697 (setecentos e quarenta e uma milhões, novecentos e dezesseis mil e seiscentos e noventa e sete) ações, correspondente à 32,09% do total das ações da Companhia. Após aumento de capital na NISA, a composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era a seguinte: FIP detentor de 53,00% das ações diretamente e 91,5% de forma indireta, NISA detentora de 42,1% das ações e ITAÚSA detentora de 4,9% das ações diretamente e 8,5% de forma indireta.

Em 12 de abril de 2022, foi aprovada a incorporação da NISA pela Companhia ("Incorporação"). A Incorporação foi precedida pela elaboração de laudo de avaliação do valor do patrimônio líquido contábil da NISA, elaborado por especialista independente com base nos saldos contábeis de 31 de março de 2022, e permitiu a racionalização da estrutura societária, e, conseqüentemente, consolidação e redução de despesas. Além disso, a Incorporação era uma obrigação da NISA, assumida nas escrituras de 1ª e 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da NISA, que por sua vez eram garantidas pela Companhia por meio de fiança. Com a efetivação da Incorporação, a Companhia sucedeu a NISA, à título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, quotas, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da NISA, patrimoniais ou não patrimoniais, sendo a NISA extinta de pleno direito, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia e de titularidade da NISA foram canceladas e reemitidas, em igual número, aos acionistas FIP e Itaúsa, na proporção de suas participações no capital social da Companhia. A totalidade das ações da Companhia passou a ser detida diretamente por Itaúsa e FIP, na proporção de 8,5% e 91,5% das ações representativas do capital social da Companhia, respectivamente.

O quadro abaixo sumariza os impactos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia gerados pela incorporação da NISA, levando em conta as variações patrimoniais ocorridas entre os balanços referentes aos trimestres encerrados em 31 de dezembro e 31 de março de 2022, bem como os saldos patrimoniais da NISA constantes no balanço de 12 de abril de 2022 e as eliminações aplicáveis para fins da Incorporação, cujos impactos no Patrimônio Líquido da Companhia foram realizados com base no método de linha-a-linha.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Reestruturação societária__(continuação)

Variação Patrimonial considerando incorporação NISA							
	NTS 31/12/2022	NTS 31/03/2022	Sem NISA	NISA 12/04/2022	Eliminações para incorporaçã o	Benefício Fiscal oriundo da incorporação	Total
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2.294.317	2.633.959	(352.326)	12.684	-	-	(339.642)
Contas a receber	1.322.706	1.265.329	57.377	-	-	-	57.377
Tributos a recuperar - CP	6.259	202	6.057	-	-	-	6.057
Outras contas a receber	165.233	166.962	(1.729)	-	-	-	(1.729)
Despesas antecipadas	18.503	12.586	5.917	-	-	-	5.917
Juros S/ Capital Próprio	-	-	-	662	(662)	-	-
Adiantamentos – CP	1.625	14.985	(13.360)	-	-	-	(13.360)
Estoque de Gás	30.200	-	30.200	-	-	-	30.200
Outros – CP	713	454	259	-	-	-	259
	3.839.556	4.094.477	(267.605)	13.346	(662)	-	(254.921)
Não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	209.390	-	209.390	-	-	-	209.390
Depósitos vinculados	16.570	15.854	716	-	-	-	716
Depósitos judiciais	17.034	17.667	(633)	-	-	-	(633)
Tributos a recuperar - LP	5.069	22.339	(22.758)	5.488	-	-	(17.270)
Estoque de consumíveis	7.639	2.124	5.515	-	-	-	5.515
Outros	244	-	244	-	-	-	244
Investimento	-	-	-	1.414.310	(1.414.310)	-	-
Imobilizado	7.740.725	7.699.227	41.498	-	-	-	41.498
	7.996.671	7.757.211	233.970	1.419.798	(1.414.310)	-	239.460
	11.836.227	11.851.688	(33.633)	1.433.144	(1.414.972)	-	(15.461)
Total Ativo							

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Reestruturação societária__(continuação)

Passivo	Variação Patrimonial considerando incorporação NISA						Total
	NTS 31/12/2022	NTS 31/03/2022	Sem NISA	NISA 12/04/2022	Eliminações para incorporação	Benefício Fiscal oriundo da incorporação	
Circulante							
Fornecedores	613.179	441.571	169.867	1.741	-	-	171.608
Tributos a recolher	73.225	84.076	(11.002)	151	-	-	(10.851)
Folha de pagamento e encargos a pagar	23.888	32.992	(9.104)	-	-	-	(9.104)
Debêntures/financiamentos a pagar - CP	302.456	220.413	(13.835)	95.878	-	-	82.043
Instrumentos financeiros derivativos	376.490	-	376.490	-	-	-	376.490
Dividendos e juros s/ capital próprio	-	7.576	(191.542)	184.628	(662)	-	(7.576)
Imposto de renda e contr. social a recolher	1.140.754	389.291	624.266	127.197	-	-	751.463
Outros	74		74				74
	2.530.066	1.175.919	945.214	409.595	(662)	-	1.354.147
Não circulante							
Debêntures/financiamentos a pagar - LP	11.915.044	5.199.676	66.685	6.648.683	-	-	6.715.368
Provisão para repasse contratual	80.372	74.237	6.135	-	-	-	6.135
Provisões para compensação ambiental	38.617	37.402	1.215	-	-	-	1.215
Provisão com condicionantes ambientais	30.267	34.757	(4.490)	-	-	-	(4.490)
Provisão para contingências legais	27.437	3.264	24.173	-	-	-	24.173
Provisão para cruzamento de faixas	19.858	15.178	4.680	-	-	-	4.680
Tributos diferidos	1.333.248	1.949.306	(169.722)	(2.071)	-	(444.265)	(616.058)
Outros passivos	2.923	1.368	1.555	-	-	-	1.555
	13.447.766	7.315.188	(69.769)	6.646.612	-	(444.265)	6.132.578
Patrimônio Líquido							
Capital social	508.712	508.712	-	2.652	(2.652)	-	-
Reserva de capital	708.824	1.192.463	-	-	(927.904)	444.265	(483.639)
Reserva de lucros	1.098.145	784.544	297.989	15.612	-	-	313.601
Lucros Acumulados	(0)	874.862	(1.016.879)	625.771	(483.754)	-	(874.862)
Outros resultados abrangentes	(190.188)	-	(190.188)	-	-	-	(190.188)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.267.098)	-	-	(6.267.098)	-	-	(6.267.098)
	(4.141.605)	3.360.581	(909.078)	(5.623.063)	(1.414.310)	444.265	(7.502.186)
Total Passivo	11.836.227	11.851.688	(33.633)	1.433.144	(1.414.972)	-	(15.461)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contida na Lei das Sociedades por Ações, e incorporadas as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da NTS é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao longo dos exercícios apresentados.

4.1. Instrumentos financeiros

I) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da

contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

II) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos e passivos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

III) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e debêntures e financiamentos, mensurados ao custo amortizado. A Companhia não possui passivos financeiros classificados como a valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após reconhecimento inicial, passivos financeiros ao custo amortizado sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa

de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

IV) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas dívidas contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são designadas como hedge de fluxo de caixa e as perdas e ganhos não realizados decorrentes de oscilações no valor justo destes instrumentos são reconhecidos na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em contrapartida da rubrica instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial. Quando realizadas, as perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto para os casos em que os instrumentos são contratados para fins de proteção contra exposição à riscos financeiros e cuja contabilidade de hedge de fluxo de caixa é adotada pela Companhia.

V) Contabilidade de Hedge de Fluxo de Caixa

A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada para proteger o Companhia da volatilidade do fluxo de caixa atribuível a uma exposição de risco não tolerado pelas práticas de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia designa como hedge o valor intrínseco dos instrumentos de proteção contratados. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial na linha de resultado de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido, quando aplicável, no resultado do exercício em despesas financeiras, líquidas.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa é liquidado, ou quando não atende mais aos critérios de enquadramento para adoção da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado em Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido é realizado contra o resultado (na mesma rubrica utilizada pelo item protegido) à medida que o objeto protegido também é realizado contra o resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida pelo hedge ocorra, a variação registrada no Patrimônio Líquido é imediatamente transferida para o resultado do exercício, para a rubrica de resultado financeiro.

A Companhia aplica contabilidade de hedge de fluxo de caixa para certos instrumentos financeiros derivativos contratados com propósito de proteção de risco cambial em transações de dívidas a serem efetivamente desembolsadas.

No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens que são objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

Atualmente, os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962, possuem operações de hedge na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda de dólares para reais, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa. Estes swaps foram contratados com as instituições financeiras em conjunto com os empréstimos (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições dos empréstimos e dos derivativos configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico as dívidas remuneradas com base em CDI e em reais no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia estabeleceu a relação de proteção de 1:1 e trimestralmente realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia e efetividade do hedge.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 23. As movimentações nos valores de hedge registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 17.5 (a).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.1. Instrumentos Financeiros_ (Continuação)

VI) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Estes saldos incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Contas a receber

São inicialmente contabilizados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso de método de taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em crédito de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas.

4.1.3. Debêntures e financiamentos

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado, custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo, se os critérios de reconhecimento forem atendidos, e custos socioambientais relacionados à construção da malha de gasodutos com correspondente constituição de provisão no passivo da Companhia em linha com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.3. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando existem indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Na existência de indicativos de recuperação do valor contábil, a Companhia tem como política a contratação de avaliadores independentes que, através de laudos de avaliação com base em valores justos e de mercado, determina-se a necessidade da constituição de provisão ou não.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes, quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.5. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço e gera receita tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos.

2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.6. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais (Classe A e B).

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

4.7. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida após a prestação do serviço de transporte de gás natural aos carregadores (transferência do controle do ativo), sendo o maior deles a Petrobras, com base nos contratos de transporte, que contam com cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). Os custos operacionais incluem os dispêndios dos serviços de operação e de manutenção da malha de gasodutos da Companhia, realizados pela própria Companhia, os custos com a operação terceirizada dos Sistemas de Compressão (SCOMPs) Congonhas e Mantiqueira, a energia elétrica com a estação de compressão (ECOMP) Guararema, direito de servidão/passagem por pontos da malha que passam sob trechos de propriedades da Petrobras, custos com prêmios de seguros, ICMS sobre o gás fornecido pela Petrobras, de forma gratuita, para utilização na operação do sistema, depreciação da malha, custos associados com contratos para fornecimento/aquisição de gás com propósito de balanceamento de volumes do estoque de gás e outros custos.

As despesas gerais e administrativas incluem gastos com folha de pagamento, consultorias e demais serviços contratados, além de gastos com a gestão e manutenção do escritório e impostos e taxas.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre as debêntures e empréstimos bancários, resultados de instrumentos financeiros derivativos contratados com o propósito de proteção contra a exposições à variação cambial e juros associadas às dívidas em moeda estrangeira, além das apropriações de variações cambiais.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.8. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais políticas contábeis__ (Continuação)

4.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que os considera custos de obtenção de recursos financeiros associados às suas operações, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 / ICPC 22 quanto ao imposto de renda e contribuição social, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente ao longo do ano.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Estimativas e julgamentos relevantes _Continuação

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na Nota Explicativa nº 22.

5.2. Estimativas relacionadas a compensações e condicionantes ambientais

A Companhia possui passivos registrados em relação a compensações e condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia. Os valores registrados refletem os desembolsos financeiros prováveis que a Companhia deverá incorrer em atendimento às obrigações.

Informações sobre os passivos registrados são apresentados nas Notas Explicativas n.º 16.1 e 16.2.

5.3. Estimativas relacionadas a vida útil dos ativos

Conforme descrito na Nota 1.2, a promulgação da Nova Lei do Gás trouxe alterações importantes, dentre elas, o estabelecimento de regime de autorização para todas as atividades de transporte de gás natural, que passaram a vigorar por prazo indeterminado. Com isso, a Companhia reavalia anualmente as estimativas de vida útil dos seus ativos levando em conta: i) resultados de laudos vida útil contratados junto à especialistas; e ii) dados históricos e projeções observáveis associados à dinâmica de produção, oferta e demanda de gás natural no mercado brasileiro. Tais variáveis fornecem evidências quanto à expectativa de vida útil técnica e de benefício econômico futuro dos ativos (considerando a dinâmica do mercado de gás brasileiro), sendo a estimativa de vida útil definida pela Administração com base em seu julgamento a partir destas variáveis.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

À luz das alterações introduzidas sobre o tema, a Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso e portanto não reconheceu qualquer provisão adicional em decorrência das alterações relacionadas à temática de contratos onerosos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações __ (Continuação)

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 __ (Continuação)

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações__ (Continuação)

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022__ (Continuação)

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada.

Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não está sujeita à consolidação e por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras uma vez que a Companhia não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações __ (Continuação)

6.2 - Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações __ (Continuação)

6.2 - Normas emitidas, mas ainda não vigentes (Continuação)

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Novas normas e interpretações __ (Continuação)

6.2 - Normas emitidas, mas ainda não vigentes (Continuação)

obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

7. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	225	1.034
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	<u>2.294.092</u>	<u>2.234.357</u>
	<u>2.294.317</u>	<u>2.235.391</u>

As aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos de renda fixa, com liquidez diária, possuem remuneração associada ao CDI e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.. A gestão do caixa tem conseguido obter remuneração superior ao CDI.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Caixa e equivalente de caixa_(Continuação)

- a) Dentre as aplicações realizadas, a Companhia possui posição em fundo de investimento exclusivo, cuja composição é abaixo sintetizada.

	2022	2021
Cotas de outros fundos de investimentos de renda fixa	440.691	-
CDB	118.473	-
Letras Financeiras	102.235	-
Outros	78	-
Total	661.478	-

De acordo com o estatuto/mandato do Fundo, os recursos são resgatáveis com liquidez diária considerando a cota da data do resgate.

8. Contas a receber

	2022	2021
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás	1.317.955	1.169.706
Galp Energia Brasil S. A	4.744	-
Outros	7	-
Total	1.322.706	1.169.706

Os recebíveis da Companhia decorrem de Contratos de Transporte de Gás (GTAs) firmados com a Petrobras e Contratos de Transporte de Gás Interruptíveis firmados com a GALP, Shell e Gerdau, com vigência até 31 de dezembro de 2022. Não há qualquer montante a receber vencido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como não temos perdas esperadas associadas a estes recebíveis.

9. Outras contas a receber

O saldo de R\$ 165.233 em 31 de dezembro de 2022 se refere a: i) gastos efetuados pela Companhia no escopo das atividades Gerenciamento e Remediação de trincas por Corrosão Sob Tensão (SCC) no montante de R\$ 153.973 (R\$111.004 em 31 de dezembro de 2021); e ii) Classe de Locação no montante de R\$11.260 (R\$ 46.566 em 31 de dezembro de 2021). Tais valores devem ser reembolsados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras como parte das obrigações remanescentes acordadas entre compradora e vendedora para a alienação da Companhia, conforme descrito na nota 2. O referido saldo não está sendo atualizado monetariamente. Conforme descrito na Nota 22.3 c, a Companhia apresentou resposta ao requerimento de arbitragem recebido e realizou pedido de reconvenção para inclusão dos custos com SCC no bojo da arbitragem.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Depósitos vinculados

O saldo de R\$ 16.570 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 15.651 em 31 de dezembro de 2021), se refere às contas poupança mantidas junto ao Banco do Brasil para fazer face a compensações ambientais relacionadas à construção dos gasodutos GASAN II, GASPAL II e da ECOMP de Guararema no Estado de São Paulo, e que serão utilizados conforme solicitação de órgãos ambientais. Tais depósitos devem permanecer vinculados em conta poupança e seguem os dispositivos da Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Em consonância com o disposto no Ofício CCA/SE no 097/2022, emitido pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a Companhia transferiu em 06 de janeiro de 2023 R\$ 3.471 ao Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, para o pagamento de certas obrigações de Compensações Ambientais devidas à CETESB, previstos no 1º Aditivo e Reti-Ratificação ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, firmado em 25 de novembro de 2022.

11. Imobilizado

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021			Movimentação em 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Obras em andamento	362.518	-	362.518	410.435		(230.584)	503	542.369	503	542.872
Benfeitoria em bens de terceiros	5.153	(2.043)	3.110	-		5.085	(641)	10.238	(2.684)	7.554
Condicionantes ambientais	145.409	(41.653)	103.756	-		-	(5.492)	145.409	(47.145)	98.264
Equipamentos e outros bens	11.794.644	(4.516.594)	7.278.050	604		225.499	(455.809)	12.020.747	(4.972.403)	7.048.344
Materiais e equipamentos sobressalentes	24.051	-	24.051	19.640		-	-	43.691	-	43.691
	12.331.775	(4.560.290)	7.771.485	430.679		-	(461.439)	12.762.454	(5.021.729)	7.740.725

O Montante de R\$ 230.584 capitalizado no exercício de 2022 se referem aos projetos de construção e montagem do Ponto de Recebimento Guapimirim (R\$ 13.338), benfeitorias (6.785), substituição de cromatógrafo (R\$3.252), Inst. Cromatógrafos (R\$ 5.576), Projeto SCADA (R\$58.444), Cercamento GASCAR (R\$ 2.274), Aquisição de PIGs de limpeza (R\$1.044), Linepack (R\$134.853) e outros (R\$5.018).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Imobilizado_Continuação

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2020			Movimentação em 2021				Saldo em 31 de dezembro de 2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Obras em andamento	213.922	-	213.922	204.492		(55.896)	-	362.518	-	362.518
Benfeitoria em bens de terceiros	5.153	(1.559)	3.594	-		-	(484)	5.153	(2.043)	3.110
Condicionantes ambientais	148.839	(36.329)	112.510		(3.430)	-	(5.324)	145.409	(41.653)	103.756
Equipamentos e outros bens	11.737.819	(4.071.492)	7.666.327	929	-	55.896	(445.102)	11.794.644	(4.516.594)	7.278.050
Materiais e equipamentos sobressalentes	-	-	-	24.051	-	-	-	24.051	-	24.051
	12.105.733	(4.109.380)	7.996.353	229.472	(3.430)	-	(450.910)	12.331.775	(4.560.290)	7.771.485

O saldo de obras em andamento é formado por custos com construção, manutenção e reparo dos dutos (desde que relacionados a substituição de peças e equipamento ou em atendimento a exigências regulatórias que aumentem a vida útil do ativo), estações/serviços de compressão, pontos de entrega, com o Plano de Gerenciamento de Correção de Stress por Corrosão ou Fissura de Gasodutos (SCC).

A Companhia iniciou em 2022 a construção e montagem do gasoduto de transporte de gás natural Itaboraí-Guapimirim (GASIG), que terá aproximadamente 11 KM de extensão, 24 polegadas de diâmetro e capacidade de 18,2 MM m³/dia, e cuja autorização de construção foi concedida pela ANP em favor da Companhia, através da Autorização SIM-ANP Nº 150.

Custos de empréstimo capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve capitalização de juros de financiamentos para projetos de construção no imobilizado da Companhia.

Vida útil atribuída aos ativos

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Edificações e benfeitorias – de 16 a 30 anos

Benfeitorias em bens de terceiros – 10 a 30 anos

Gasodutos, equipamentos e outros itens – até 30 anos

Condicionantes ambientais – até 30 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A malha de gasodutos da NTS é composta pelos seguintes trechos:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Imobilizado_Continuação

GASTAU

O Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté (GASTAU), com 98 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, interliga a Unidade de Processamento de Gás Natural Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, à Taubaté, cidade do Médio Paraíba, ao Gasoduto Campinas Rio e ao restante da malha Sudeste.

GASDUC III

O Gasoduto Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com 180 km de extensão e 38 polegadas de diâmetro, é o maior diâmetro da América do Sul e tem a maior capacidade de transporte (40 milhões m³/dia) entre os gasodutos brasileiros.

GASPAJ

O Gasoduto Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com 93 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, tem por objetivo atender à demanda de gás natural da região Sul do estado de Minas Gerais. O

gasoduto tem origem na cidade de Paulínia/SP, onde se interligam os gasodutos Paulínia-Jacutinga, Campinas-Rio (GASCAR), REPLAN-Guararema do Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL), bem como o Ponto de Entrega REPLAN.

MALHAS SUDESTE

A Malha Sudeste é composta por cinco gasodutos e dois ramais:

GASAN

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN), com 41,6 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro interliga o município de Capuava/SP ao município de Cubatão/SP.

GASCAR

O Gasoduto Campinas-Rio (GASCAR), com 453 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, tem por objetivo aumentar a capacidade de escoamento de gás boliviano para o Rio de Janeiro. O gasoduto se inicia na Refinaria do Planalto (REPLAN), na cidade de Paulínia/SP, estendendo-se até o município de Japeri/RJ, onde se interliga aos gasodutos GASVOL e GASJAP, ambos no estado do Rio de Janeiro.

GASPAL

O Gasoduto ESVOL-RECAP (GASPAL), com 325,5 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Piraí/RJ e termina no município de Mauá/SP.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Imobilizado_Continuação

GASVOL

O Gasoduto REDUC-ESVOL (GASVOL), com 95 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina no município de Volta Redonda/RJ, possuindo, ainda, um ramal de 5,5 km de extensão dentro do município de Volta Redonda/RJ.

GASBEL I

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte I (GASBEL I), com 357 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina na Refinaria Gabriel Passos, na cidade de Betim/MG.

Ramal de Campos Elíseos 16"

O Ramal de Campos Elíseos, com 2,7 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, localiza-se no município de Duque de Caxias/RJ.

MALHAS SUDESTE II

A Malha Sudeste II é composta pelos seguintes gasodutos:

GASJAP

O Gasoduto JAPERI-REDUC (GASJAP), com 45 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Japeri/RJ e termina no município de Duque de Caxias/RJ, interligando o Hub de Caxias ao Gasoduto Campinas-RIO (GASCAR). O Gasoduto possui uma Estação de Compressão em Campos Elíseos.

GASAN II

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN II), com 39 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Mauá/SP e termina no município de São Bernardo do Campo, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASPAL II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASPAL II

O Gasoduto Guararema-Mauá (GASPAL II), com 54 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Guararema/SP e termina no município de Mauá, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASAN II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Imobilizado_Continuação

GASBEL II

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II), com 267 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Volta Redonda/RJ e termina no município de Queluzito/MG, ampliou a oferta de gás natural para o estado de Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Aço.

Redução ao valor recuperável de ativos

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de seus ativos para avaliar se há indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável. Não foram identificados indicativos de impairment do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Fornecedores

Fornecedores	2022	2021
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás	441.502	315.942
Petróleo Transportes S.A - Transpetro	27.999	45.372
Rosembra Engenharia	5.880	2.355
Solar Turbines Internati	9.351	3.469
Intech Engenharia Ltda	2.305	7.352
Alvaro Engenharia	3.090	3.624
Emerson Process Manageme	1.291	709
Enerflex/Geogás	-	2.896
Worley Engenharia Ltda.	2.441	2.452
Exterran Serviços de óleo e gás		928
Tokio Marine	-	10.810
Spiecapag Intech	-	4.585
Superenge Serviços	-	2.655
Industec	14.123	-
Pipeway Engenharia	1.336	-
Chubb Seguros	12.959	-
Elecnor do Brasil	12.476	-
Starr International	2.284	-
STN Empreendimentos	1.393	-
EGD Engenharia	1.371	-
Aveva	1.177	-
Sick Soluções	1.141	-
GI Group	1.119	-
Flir Systems	1.094	-
Receita Federal	1.547	-
AIG Seguros	1.053	-
Unival Industria	1.039	-
Gascat Industria	1.003	-
Brazabe	860	-
Vectra	411	-
Meio Biótico	390	-
Consultores e outros serviços contratados	7.283	9.977
Demais Fornecedores	55.261	33.995
	613.179	447.121

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos

Operação/Instrumento	Indexador	Moeda	Valor captado	Início	Vencimento	Principal	Juros	Custo de captação	31/12/2022	31/12/2021
Notas Comerciais	CDI +1,90%	R\$	(1.500.000)	mar-22	mar-32	1.500.000	58.784	(13.446)	1.545.338	-
Debêntures_2ª emissão	109% %CDI	R\$	(5.200.000)	mai-18	abr-23	-	-	-	-	5.279.848
Debêntures_1ª emissão NISA	CDI +1,99%	R\$	(1.547.187)	abr-21	abr-28	1.547.187	40.408	(7.021)	1.580.574	-
Debêntures_2ª emissão NISA	CDI +1,90%	R\$	(1.500.000)	mar-22	mar-32	1.500.000	58.784	(13.446)	1.545.338	-
Debêntures_5ª emissão - 1ª série	CDI + 1,30%	R\$	(1.000.000)	set-22	Set-27	1.000.000	32.954	(475)	1.032.479	-
Debêntures_5ª emissão - 2ª série	CDI + 1,60%	R\$	(1.500.000)	set-22	Set-29	1.500.000	50.485	(694)	1.549.791	-
Debêntures_5ª emissão - 3ª série	CDI + 1,85%	R\$	(1.000.000)	set-22	Set-32	1.000.000	34.242	(10.544)	1.023.698	-
Empréstimo Santander (CCB)	CDI + 1,45%	R\$	(60.000)	jul-21	fev-22	-	-	-	-	62.170
Empréstimo Scotia Bank (a)	USD/BRL + 2,08%	US\$	(300.000)	abr-22	abr-27	1.565.310	8.043	-	1.573.353	-
Empréstimo Scotia Bank(2) (a)	USD/BRL + 3,63%	US\$	(170.000)	ago-22	ago-25	887.009	10.910	-	897.919	-
Empréstimo MUFG (a) / (b)	USD/BRL + 2,89%	US\$	(59.000)	abr-22	abr-27	307.844	2.198	-	310.042	-
Empréstimo CITI (a)	USD/BRL + 2,3%	US\$	(90.000)	abr-22	abr-27	469.593	2.670	-	472.263	-
Empréstimo SMBC (a)	USD +4,34%	US\$	(50.000)	set-22	set-25	260.885	3.585	-	264.470	-
Empréstimo BNP (a)	USD + 4.89%	US\$	(80.000)	out-22	Set-25	417.416	4.819	-	422.235	-
						11.955.244	307.882	(45.626)	12.217.500	5.342.018
						Circulante			302.456	80.659
						Não circulante			11.915.044	5.261.359
						Total			12.217.500	5.342.018

(a) Instrumentos financeiros derivativos (swap) foram contratados com as instituições financeiras em conjunto com os empréstimos (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em CDI). Os termos e as condições dos empréstimos e dos derivativos configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico uma dívida remunerada com base em CDI e em reais no balanço patrimonial da Companhia. A contratação dos derivativos está condizente com a estratégia de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia, cujo objetivo é o de eliminar substancialmente a volatilidade do fluxo de caixa atribuível à exposição da variação cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira. Por esta razão, a Companhia adotou a contabilidade de hedge de fluxo de caixa, conforme notas explicativas 4.1, 17.5.e 23. Os saldos destes empréstimos estão apresentados sem considerar os efeitos de proteção dos swaps correspondentes.

(b) Os encargos sobre o empréstimo firmado junto ao MUFG são de 2,89% a.a. até 31/03/2023 e de 2,98% a.a., a partir de 01/04/2023 até o vencimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)

13.1. Debentures

Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da NTS (“2ª Emissão de Debêntures”)

Em 20 de abril de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a 2ª Emissão de Debêntures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares, no valor total de R\$ 5.200.000 (cinco bilhões e duzentos milhões de reais) e com valor nominal unitário de R\$10 (“Segunda Emissão Debêntures”).

A Segunda 2ª Emissão Debêntures foi objeto de garantia firme pelo Banco Itaú BBA S.A, BB – Banco de Investimento S.A e Banco Bradesco BBI S.A.

Em 25 de abril 2018 as debêntures foram emitidas pelo valor aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2018 e integralizadas em 15 de maio de 2018. As debêntures têm juros remuneratórios de 109,00% da variação acumulada da Taxa CDI, pagamentos de juros semestrais em abril e outubro, não possuem amortizações intermediárias e têm vencimento em 25 de abril de 2023, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

Apesar do vencimento das Debêntures de 2ª Emissão em abril de 2023, a Companhia decidiu pagar antecipadamente as Debêntures de 2ª Emissão, sendo que o referido pré-pagamento foi realizado em parcelas, conforme abaixo descrito. Em 9 de setembro e em 30 de setembro de 2022, a Companhia efetuou duas amortizações extraordinárias facultativas no âmbito da 2ª Emissão Debêntures, em cumprimento ao procedimento disposto na Cláusula 7.18 da Escritura da Segunda Emissão Debêntures, com o consequente cancelamento das debêntures correspondentes, nos valores de R\$ 1.200.000 e R\$ 500.000, respectivamente. Sendo, R\$ 926.423 e R\$ 464.375 referentes ao principal e R\$ 273.576 e R\$ 35.625 referentes a juros, respectivamente com o consequente cancelamento das Debêntures de 2ª Emissão. Em 21 de outubro de 2022, a Companhia efetuou o resgate antecipado total do saldo existente da 2ª emissão Debêntures da NTS com o consequente cancelamento de tais debêntures, no valor total de R\$ 3.846 milhões considerando principal, juros e prêmio de resgate antecipado.

1ª emissão de debêntures pela NISA, incorporada pela NTS em abril de 2022 (3ª emissão de debentures NTS)

Em 27 de abril de 2021, a NISA celebrou Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$ 1.547.187, com vencimento em 07 (sete) anos, ou seja, 27 de abril de 2028. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de *spread* equivalente a 1,99% ao ano, pagamentos de juros semestrais em abril e outubro, não possuem amortizações intermediárias e cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)

13.1. Debentures (Continuação)

De acordo com os termos da escritura da 3ª Emissão de Debêntures, havia obrigação constituída da NISA ser incorporada reversamente pela Companhia no prazo máximo de 13 meses contados a partir da data da conclusão da operação de venda (maio de 2022), sob pena de vencimento antecipado em caso de inadimplemento. A incorporação reversa foi em concluída em 12 de abril de 2022, quando a partir de então a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições destas debentures, tendo o segundo aditamento à escritura de 3ª Emissão de Debêntures sido celebrado em 10 de maio de 2022, para formalmente refletir as alterações necessárias na escritura e a perda da validade da fiança outorgada pela NTS, de forma que as debêntures deixaram de ter qualquer garantia.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

- (a) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 4,5 vezes, na ocasião de captação de novos recursos por meio de emissão de instrumentos de dívidas; e
- (b) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, que deverá ser igual ou superior a:
 - a. 1,0 vez, na ocasião de distribuição de proventos aos acionistas (dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucro); e
 - b. 1,1 vez, na ocasião de captação de novos recursos por meio de emissão de instrumentos de dívidas.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou os índices e concluiu que as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)

13.1. Debentures (Continuação)

Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NISA conforme alterada para Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NTS, em 10 de maio de 2022, em virtude da Incorporação (“4ª Emissão de Debêntures”)

Em 15 de março de 2022, a Diretoria da NISA aprovou a celebração de Instrumento Particular de Escritura da 4ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1.500.000, com vencimento março de 2032. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de spread equivalente a 1,90% ao ano, pagamentos de juros semestrais em março e setembro, com amortizações intermediárias em 3 (três) parcelas anuais, no 8º, 9º e 10º anos, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

As debentures foram integralizados no dia 24 de março de 2022 e com a conclusão da incorporação reversa da NISA pela Companhia, em 12 de abril de 2022, a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições das debentures, tendo o primeiro aditamento à escritura de 4ª Emissão de Debêntures sido celebrado em 10 de maio de 2022, para formalmente refletir as alterações necessárias na escritura e a perda da validade da fiança outorgada pela NTS, de forma que as Debêntures de 4ª Emissão deixaram de ter qualquer garantia.

As debêntures possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NISA, conforme alterada para Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NTS, em 10 de maio de 2022, em virtude da Incorporação (“1ª Emissão de Notas Comerciais”)

Em 15 de março de 2022, a Diretoria da NISA aprovou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, no valor total de R\$ 1.500.000 (“Notas Comerciais”), com vencimento março de 2032.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)

13.1. Debentures (Continuação)

As Notas Comerciais têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de *spread* equivalente a 1,90% ao ano, pagamentos de juros semestrais em março e setembro, com amortizações intermediárias em 3 (três) parcelas anuais, no 8º, 9º e 10º anos, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

As Notas Comerciais foram integralizadas no dia 24 de março de 2022 e com a conclusão da Incorporação, em 12 de abril de 2022, a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições das Notas Promissórias, tendo o primeiro aditamento ao termo de emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais sido celebrado em 10 de maio de 2022, para formalmente refletir as alterações necessárias no termo de emissão e a perda da validade da fiança outorgada pela NTS, de forma que as notas comerciais deixaram de ter qualquer garantia

As Notas Comerciais possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da NTS (“5ª Emissão de Debêntures”)

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de setembro de 2022, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 3,5 bilhões com vencimento em 13 de setembro de 2027 (1ª série), em 13 de setembro de 2029 (2ª série), e em 13 de setembro de 2032 (3ª série). As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de *spread* equivalente a 1,30% ao ano, 1,60% ao ano e 1,85% ao ano, respectivamente. As debentures tem como data de emissão dia 13 de setembro de 2022 e foram integralizadas em 06 de outubro de 2022.

As debêntures possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)

13.2. Cédula de Crédito Bancário – CCB, emitido pela Companhia.

Em 27 de julho de 2020, a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração aprovou a emissão, pela Companhia, de cédula de crédito bancário (“CCB”), em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), prazo de 1 (um) ano, contado da data de emissão, remuneração de 100% da Taxa CDI acrescida de um *spread* de 1,98% ao ano, paga semestralmente.

Em 14 de julho de 2021, a Companhia efetuou o aditamento da cédula de crédito bancário (“CCB”), em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), aprovada em 27 de julho de 2020 para um prazo de 2 (dois) anos, com remuneração de 100% da Taxa CDI acrescida de um *spread* de 1,45% ao ano, paga no vencimento.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia efetuou a liquidação antecipada do valor total da dívida contraída por meio da CCB, no valor de R\$ 63.239 (sessenta e três milhões, duzentos e trinta e nove mil reais), sendo R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais) de principal e R\$ 3.239 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil reais) de juros

13.3. Empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962, obtidos pela NISA, subsequentemente incorporada pela NTS em abril de 2022

Em 01 de abril de 2022, a NISA concluiu a captação de US\$ 449 milhões, por meio de contratos de empréstimo em moeda estrangeira, nos termos da Lei nº 4.131/62, conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da NISA, realizada em 16 de dezembro de 2021, sendo

- a) US\$ 300 milhões, firmado com o Bank of Nova Scotia, com juros remuneratórios de 2,0783% a.a., pagos semestralmente;
- b) US\$ 90 milhões, firmado com o Citibank, N.A, com juros remuneratórios de 2,2999% a.a., pagos trimestralmente; e
- c) US\$ 59 milhões, firmado com o MUFG Bank. Ltd, com juros remuneratórios para o período entre 01 de abril de 2022 a 31 de março de 2023 equivalente a 2,8875% a.a, e de 2,9750% a.a. a partir de 01 de abril de 2023 até o vencimento, ambos pagos semestralmente.

Para proteção em relação à exposição cambial, a NISA realizou contratação de operações de derivativos (Swap cambial), cujos valores de principal e juros replicam o montante de principal e juros dos empréstimos. Todos os contratos de empréstimos têm amortizações com parcelas anuais iguais no 4º e 5º anos, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

Com a conclusão da Incorporação, em 12 de abril de 2022, a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições destes empréstimos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)

13.3. Empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962, obtidos pela NISA, subsequentemente incorporada pela NTS em abril de 2022 (Continuação)

Os referidos empréstimos possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

13.4. Empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962, obtidos pela NTS em 2022.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de agosto de 2022, a Companhia aprovou a captação de financiamentos por meio da contratação de empréstimo(s) em moeda estrangeira, que poderiam totalizar o valor de até US\$ 300 milhões, nos termos da Lei nº 4.131/62, tendo sido contratados:

a) US\$ 170 milhões, por meio de contrato de empréstimo firmado com o Bank of Nova Scotia em 19 de agosto de 2022, com juros remuneratórios de 3,63% a.a., pagos semestralmente; e

b) US\$ 50 milhões, por meio de contrato de empréstimo firmado com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC), com juros remuneratórios de 4,34% a.a., pagos semestralmente.

c) US\$ 80 milhões, por meio de contrato de empréstimo firmado com o BNP Paribas (BNP), com juros remuneratórios de 4,89% a.a., pagos anualmente.

Para proteção em relação à exposição cambial, a Companhia realizou contratação de operações de derivativos (Swap cambial), cujos valores de principal e juros replicam o montante de principal e juros dos empréstimos. Todos os contratos de empréstimos têm amortizações no vencimento, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

Os referidos empréstimos possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice e concluiu que todas as cláusulas restritivas, dispostas nos contratos acima mencionados, estavam sendo cumpridas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Debêntures, Notas Comerciais e financiamentos (Continuação)Escala de pagamentos do principal e amortização de custos de captação

Ano	Principal	Custo de captação
2023	--	5.457
2024	--	5.457
2025	1.565.310	5.457
2026	1.671.374	5.457
2027	1.671.374	5.432
2028	1.547.187	4.479
2029	1.500.000	4.014
2030	1.420.000	3.937
2031	1.420.000	3.937
2032	1.160.000	2.001

14. Transações com partes relacionadasa) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seus diretores estão apresentados a seguir:

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Honorários da administração	12.317	9.645
Benefícios de curto prazo	797	570
	<u>13.114</u>	<u>10.215</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Tributos

15.1. Tributos correntes

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda	-	-	3.936	1.516	(814.038)	(653.324)
Contribuição social	-	-	828	720	(326.716)	(259.737)
PIS/COFINS	6.053	199	-	-	(48.278)	(44.590)
ICMS	-	-	-	-	(21.986)	(28.225)
ISS	-	-	305	-	(201)	(4.170)
IRRF	206	-	-	-	(255)	(1.548)
Recuperação de PIS e Cofins	-	-	-	18.117	-	-
Outros	-	-	-	-	(2.505)	(2.389)
	6.259	199	5.069	20.353	(1.213.979)	(993.983)

15.2. Tributos diferidos

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social

	Base em 31/12/2022	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%	Base em 31/12/2021	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%
Imposto diferido ativo				
Provisão para perda PIS/COFINS	56.807	19.314	46.000	15.640
Provisão Derivação Clandestina	1.559	530	3.059	1.040
Provisão de seguros	-	-	1.053	358
Provisão para contingências e outras	42.358	14.402	15.496	5.269
Provisão Cruzamento de faixa	14.664	4.986	13.054	4.438
Provisão – gastos com compensação ambiental	38.617	13.130	36.373	12.367
Provisão para bônus	17.132	5.825	18.869	6.416
Benefício fiscal decorrente da incorporação reconhecido no Patrimônio (a)	1.262.535	429.262	-	-
Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa (alocado ao ORA)	288.164	97.976	-	-
Efeitos decorrentes do Swap cambial	70.472	23.960		
	1.792.308	609.385	133.904	45.528
Imposto diferido passivo				
Imobilizado – Diferença taxa de depreciação societária x fiscal(b)	(5.676.836)	(1.930.124)	(5.888.572)	(2.002.114)
Lei do Bem - desenvolvimento tecnológico e inovação	(50.036)	(12.509)	(38.933)	(9.734)
	(5.726.872)	(1.942.633)	(5.927.505)	(2.011.848)
Saldo de imposto diferido líquido	(3.934.564)	(1.333.248)	(5.793.601)	(1.966.320)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Tributos—Continuação

- (a) Detalhes da transação, cujo reconhecimento inicial foi feito diretamente contra o patrimônio líquido, é descrito na Nota Explicativa 17.2 (b). A amortização do ágio e mais-valia para fins fiscais iniciou-se em junho de 2022.
- (b) Os valores de impostos diferidos passivos sobre o imobilizado se referem à diferença entre a depreciação fiscal e societária da malha de gasodutos e demais instalações da Companhia.

- b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo do IR e CSLL diferido 31/12/2021	IR/CSLL incorporação NISA	PL	Outros resultados abrangentes	Resultado	Saldo do IR e CSLL diferido 31/12/2022
Imposto diferido ativo						
Provisão para perda PIS/COFINS	15.640	-	-	-	3.674	19.314
Provisão Derivação Clandestina	1.040	-	-	-	(510)	530
Provisão de seguros	358	-	-	-	(358)	-
Provisão para contingências e outras	5.269	-	-	-	9.133	14.402
Provisão cruzamento de faixa	4.438	-	-	-	548	4.986
Provisão – gastos com compensação ambiental	12.367	-	-	-	763	13.130
Provisão para bônus	6.416	-	-	-	(591)	5.825
Benefício fiscal decorrente da incorporação reconhecido no Patrimônio (a)	-	-	444.265	-	(15.003)	429.262
Resultado de hedge de fluxo de caixa (Outros Resultados Abrangentes)	-	-	-	97.976	-	97.976
Imposto diferido existente incorporação NISA	-	2.071	-	-	(2.071)	-
Efeitos do Swap cambial oriundos da incorporação da NISA					23.960	23.960
	45.528	2.071	444.265	97.976	19.545	609.385
Imposto diferido passivo						
Imobilizado – Diferença taxa de depreciação societária x fiscal	(2.002.114)	-	-	-	71.990	(1.930.124)
Lei do Bem - desenvolvimento tecnológico e inovação	(9.734)	-	-	-	(2.775)	(12.509)
	(2.011.848)	-	-	-	69.215	(1.942.633)
Saldo de imposto diferido líquido	(1.966.320)	2.071	444.265	97.976	88.760	(1.333.248)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Tributos—Continuação

	2023	2024	2025	2026 +	Total
Recuperabilidade do imposto diferido ativo	55.504	25.719	25.719	502.443	609.385

15.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2022	2021
Lucro antes dos impostos	4.607.540	4.581.158
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal (34%)	(1.566.563)	(1.557.594)
	3.040.977	3.023.564
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
(Exclusões)/Adições permanentes líquidas	(23.372)	(71.577)
(Exclusões)/Adições temporárias líquidas	269.223	(758.511)
Adições temporárias	276.948	37.956
(+) Depreciação fiscal x societária	211.736	-
(+) Provisão para contingência	13.491	-
(+) Variação Cambial	15.715	-
(+) Provisão bônus	17.132	14.024
(+) Provisão ambiental	-	3.737
(+) Provisão p/ repasse contratual	14.474	-
(+) Provisão perda PIS/COFINS	-	8.836
(+) Condicionante ambiental	2.790	2.622
(+) Cruzamento de Faixa	1.610	7.140
(+) Trepanação clandestina	-	-
(+) Outros	-	1.597
(Exclusões) temporárias	4.671	(796.466)
(-) Depreciação fiscal x societária	-	(769.310)
(-) Bônus	(15.218)	(12.095)
(-) Condicionante ambiental	(2.790)	(2.622)
(-) Provisão repasse contratual	(3.668)	(9.507)
(-) Amortização de benefício fiscal decorrente de incorporação	(44.125)	-
(-) Ganho SWAP	70.472	-
(-) Outros	-	(2.932)
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social ajustada	4.853.390	3.751.070
Imposto de renda e contribuição social	(1.643.511)	(1.272.974)
Desconto de patrocínios Lei Rouanet + Outros Incentivos Fiscais	22.268	15.463
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.621.243)	(1.257.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	88.760	(263.973)
	(1.532.483)	(1.521.484)
Alíquota efetiva de IR e CS	-33,26%	-33,21%

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16. Provisão para repasse contratual, compensação ambiental e condicionantes ambientais

16.1. Provisão para repasse contratual

A Companhia reconheceu provisão de R\$ 80.372 (R\$ 69.566 em 31 de dezembro de 2021) para repasse ao seu carregador majoritário de créditos fiscais recuperados e decorrentes de ação judicial transitada em julgado favoravelmente à Companhia. Para o registro da provisão, a Administração considerou a interpretação e análise jurídica dos termos e condições previstos nos contratos de transportes de gás existentes, tendo concluído pelo registro do evento no não-circulante em decorrência das negociações em curso com o carregador para a realização do repasse estarem em estágio inicial.

A Administração avaliará os desdobramentos e futura reclassificação para o circulante, considerando o surgimento de fatos futuros que justifiquem tal medida, bem como os eventuais prazos de liquidação acordados entre as partes.

16.2. Provisão para compensação ambiental

Refere-se a valores provisionados, no valor de R\$ 38.617 (R\$ 36.373 em 31 de dezembro de 2021), com base na Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, que tem por objetivo garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e que serão dispendidos conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Ministério Público.

16.3. Provisão com condicionantes ambientais

O saldo registrado, no valor de R\$ 30.267 (R\$ 35.604 em 31 de dezembro de 2021), se refere a condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia, nos termos da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

A Companhia trata os eventos relacionados a estas condicionantes de acordo com os princípios do ICPC12 – Mudança em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares - e reconhece no ativo imobilizado a parcela correspondente (mensuração inicial e remensuração futura). Os gastos executados em atendimento às condicionantes são abatidos do valor da provisão e o ativo imobilizado correspondente está sendo amortizado, pelo método linear, em função do término das autorizações de operação dos gasodutos as quais as condicionantes estão vinculadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Agosto de 2020, estiveram presentes os acionistas da Companhia representando a totalidade do capital social, que, conforme opinião favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 24 de julho de 2020, aprovaram por unanimidade e sem ressalvas a incorporação de parte da reserva de capital da Companhia ao seu capital social, em montante equivalente a R\$ 167.736, resultando no aumento do capital social da Companhia de R\$ 994.301 para R\$ 1.162.037 e aumento do valor nominal das ações da Companhia, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social. De forma imediatamente subsequente, aprovaram a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 653.325, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, por ser considerado excessivo diante das atividades desempenhadas pela Companhia, mediante restituição de capital aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, e redução do valor nominal da ação da Companhia para R\$ 0,22 (vinte e dois centavos), sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia. Transcorrido o prazo de 60 dias sem oposição por parte dos credores, a referida redução foi efetivada, passando o capital social de R\$ 1.162.037 para R\$ 508.712, totalmente subscrito e integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 12 de abril de 2022 os acionistas aprovaram por unanimidade dentre outros assuntos relacionados a Incorporação, o cancelamento das ações da NISA e substituição destas por igual número de ações da Companhia, que foram atribuídas aos acionistas da NISA na proporção das respectivas participações. Após a conclusão desta operação, o capital social da Companhia permaneceu no valor de R\$ 508.712, representado por 2.312.328.578 (dois bilhões, trezentos e doze milhões, trezentas e vinte e oito mil, quinhentas e setenta e oito) ações, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de real) cada, sendo (a) 2.312.327.578 (dois bilhões, trezentos e doze milhões, trezentas e vinte e sete mil, quinhentas e setenta e oito) ordinárias, e (b) 85 (oitenta e cinco) preferenciais Classe A e (c) 915 (novecentas e quinze) preferenciais Classe B

17.2. Reserva de capital

a) Transações de capital

Refere-se às transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento do *leasing* financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

Em outubro de 2016, em função da reestruturação societária das empresas Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Nordeste (NTN) e da Companhia e o encerramento do Consórcio Malhas, o *Leasing* da Petrobras com a NTS foi revertido na data-base 25 de outubro de 2016, gerando um ganho de R\$1.360.199, registrado como transação de capital no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Patrimônio líquido__Continuação

Em agosto de 2020, parte da reserva de capital no montante de R\$ 167.736, foi incorporada ao capital da Companhia (na forma mencionada no item 17.1 acima), reduzindo o valor registrado como transação de capital no patrimônio líquido de R\$1.360.199 para R\$1.192.463.

Em abril de 2022, como parte do processo de incorporação reversa da NISA pela Companhia descrita na Nota Explicativa 2, reconheceu-se impacto negativo correspondente à eliminação de R\$ 930.556, equivalente à baixa da participação de 42,09% detida pela NISA na Companhia a valor contábil, que foi parcialmente compensado pelo impacto positivo de R\$ 2.652 corresponde ao Capital Social subscrito e integralizado na NISA. Estes eventos resultaram em um impacto líquido redutor de R\$ 927.904 nesta conta, reduzindo seu saldo de R\$ 1.192.463 para R\$ 264.559.

b) Benefício Fiscal decorrente de incorporação da NISA

Como parte do processo de Incorporação reversa da NISA, a Companhia reconheceu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial apurados na operação de compra de 10% de seu capital social pela NISA junto à Petrobras, em 30 de abril de 2021 e correspondente ao sobrepreço em relação ao valor contábil da participação adquirida, conforme descrito nas Notas Explicativas 2 e 17.4 a).

O reconhecimento do benefício fiscal foi precedido pela elaboração do Laudo de Avaliação da Alocação do Valor Justo de Ativos e Passivos Assumidos Sobre o Preço Pago, elaborado por especialista independente e usualmente conhecido como Laudo de PPA ("Purchase Price Allocation"), cujo resultado apontou que dos R\$ 1.306.661 de sobrepreço pago em relação ao valor contábil da participação adquirida pela NISA na Companhia, R\$ 1.298.183 equivaliam à mais-valia e R\$ 8.478 à ágio, ambos apurados para fins de amortização fiscal, com consequente benefício fiscal.

Em atendimento aos requisitos previstos no § 3º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, o sumário do Laudo foi arquivado em Cartório de Registro de

Títulos e Documentos, no dia 11 de abril de 2022, para cumprimento do prazo de fazê-lo em até 13 meses após conclusão da operação, conforme previsto nesta mesma legislação.

O valor do benefício fiscal de R\$ 444.265 corresponde à aplicação da alíquota corporativa combinada de imposto de renda e contribuição social de 34%, aplicada sobre o ágio e mais-valias para fins fiscais de R\$ 1.306.661.

A Companhia avaliou a operação à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - tendo concluído por efetuar o registro contábil do benefício fiscal apurado sobre ágio e mais-valia apresentados no Laudo de PPA, uma vez que considera provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento dispensado para esta operação, ou de outra forma entende ser provável o êxito em eventual disputa administrativa e/ou jurídica envolvendo a questão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Patrimônio líquido__Continuação

17.3. Reservas de lucros

a) Reserva Legal

Constituída até o limite de 20% do capital social, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva só poderá ser utilizada para a absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

A Companhia poderá se eximir de constituição desta reserva desde que está alcance o limite de 20% do capital social, mencionado no parágrafo anterior, ou a soma de seu saldo e o da reserva de capital exceda 30% do capital social.

Em razão da incorporação reversa da NISA, aprovada em AGE em abril de 2022, os R\$ 15.613 de reserva legal existentes na NISA foram incorporados à reserva legal da Companhia, elevando seu saldo no fechamento das demonstrações financeiras findas em 2022 para R\$ 53.981.

b) Dividendos

I. Dividendos e JCP Pagos

Em 19 de abril de 2022, a Administração da Companhia aprovou a distribuição total de R\$ 594.274 de dividendos intermediários, referentes ao quarto trimestre de 2021.

Adicionalmente, em 3 de junho de 2022, a Administração da Companhia aprovou o pagamento de R\$ 18.113 correspondente à atualização monetária sobre os dividendos do quarto trimestre de 2021, pela taxa SELIC aplicada no período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e a data do efetivo pagamento dos dividendos em abril, tendo reconhecido este efeito dentro do resultado financeiro do período corrente.

Em 26 de julho de 2022, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 1.529.938, sendo R\$ 1.488.498 de dividendos intercalares referentes ao primeiro semestre de 2022 e R\$ 41.440 de juros sobre capital próprio referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 até 11 de abril de 2022.

Em 20 de setembro de 2022, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$ 542.707, pagos em 21 de setembro de 2022

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Patrimônio líquido__Continuação

17.3. Reservas de lucros (Continuação)

Em 18 de novembro de 2022, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$ 231.633, pagos em 22 de novembro de 2022.

II. Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$ 830.110, com base no lucro líquido apurado no exercício de 2022 e em adição aos dividendos intercalares distribuídos aos acionistas em 2022. Os dividendos propostos serão mantidos na Reserva de Lucro até que sejam deliberados pelo Conselho de Administração e em Assembleia Ordinária da Companhia.

Os quadros a seguir apresentam o cálculo dos dividendos propostos e a reconciliação do saldo registrado no passivo circulante a título de JCP a pagar.

	2022(*)(**)	2021(*)
Lucro líquido do exercício	3.075.057	3.059.675
(-) Dividendos intermediários no exercício	(2.262.838)	(2.304.928)
(-) JCP pagos no exercício	(41.440)	(79.537)
(-) JCP aprovados no exercício a pagar	-	(7.782)
(+) Lucros acumulados _Incorporação NISA	142.019	
(=) Lucro base para determinação do dividendo	912.798	667.428
Dividendos obrigatórios	-	-
Reserva de incentivos fiscais	(82.688)	(73.154)
Dividendos adicionais propostos	830.110	594.274

(*) A Administração não constituiu Reserva Legal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, visto que os saldos combinados da Reserva de Capital e Legal registrados superam o limite de 30% previsto nos termos do parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76.

(**) Em função das distribuições intermediárias de dividendos realizadas pela Companhia aos seus acionistas em 2022, os dividendos adicionais propostos permanecerão registrados na Reserva de Lucros até deliberação do Conselho de Administração e Assembleia geral.

Saldo de JCP registrado no passivo aprovados dentro dos respectivos exercícios

Reconciliação com o passivo circulante	2022	2021
JCP a pagar	-	7.782
IRRF sobre JCP	-	(206)
Saldo de JCP registrado no passivo	-	7.576

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Patrimônio líquido—Continuação

17.3. Reservas de lucros--Continuação

c) Reserva de incentivos fiscais

A NTS constituiu reserva de lucros sobre incentivos fiscais no montante de R\$ 214.054 (R\$ 131.366 em dezembro de 2021) decorrente de subvenção para investimento referente a apropriação de crédito de ICMS oriundo da opção pelo Convênio ICMS 106/96 que concede crédito de 20% do valor do ICMS devido para as empresas de prestação de serviço de transporte. Estes créditos foram contabilizados no resultado do exercício e mensalmente destinados para a reserva de incentivo fiscal, sendo excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo e juros sobre capital próprio.

d) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício (em milhares de Reais)	3.075.057	3.059.674
Total de ações emitidas	2.312.328.578	2.312.328.578
Lucro básico e diluído por ação em Reais	1,33	1,32

Adicionalmente, a Companhia reconheceu R\$ 142.019 correspondente ao resultado de 2022 da NISA ajustado pelo líquido entre: a) Ganhos de equivalência patrimonial reconhecidos pela NISA sobre os resultados da Companhia desde a data da aquisição das participações até a data da Incorporação pela Companhia; b) Dividendos & Juros s/ Capital Próprio recebidos pela NISA da Companhia, que foram eliminados como parte do processo de incorporação reversa, conforme descrito na Nota Explicativa 2.

17.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

a) Transação com sócio

Em 30 de abril de 2021, a NISA reconheceu nesta rubrica o efeito da transação entre os acionistas, no montante de R\$1.306.661, relativo à aquisição de 10% (dez por cento) das ações da Companhia, que foi apurado pela diferença entre o valor pago na aquisição e o valor patrimonial da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2021, os acionistas da NISA realizaram o aumento de capital por meio de contribuição de acervo líquido positivo incluindo a participação de 32,09%, equivalente ao montante de R\$ 5.658.204. Esta transação gerou um ágio em transação entre os acionistas no montante de R\$ 4.960.437, apurado pela diferença entre o valor

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Patrimônio líquido—Continuação

17.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial (Continuação)

das participações integralizadas pelos acionistas e o valor patrimonial avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Em função da NISA e da Companhia pertencerem ao mesmo grupo econômico, sob controle comum, as transações acima se caracterizaram como transações de capital entre a NISA e seus acionistas, conforme disposto na interpretação técnica ICPC 09 (R1), sendo registradas como ajuste de avaliação patrimonial. Tal montante foi absorvido ao Patrimônio Líquido da Companhia, em função da Incorporação da NISA descrita na Nota Explicativa 2.

17.5 Outros resultados abrangentes

a) Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa

O valor de R\$ 190.188 refere-se à parcela efetiva da variação líquida do valor justo dos instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa, conforme nota 23 (b).

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-
Resultado Swap antes do ajuste à valor justo	121.362	-
(-) Resultado Swap à valor justo (cfme NE 23 (b))	(166.801)	-
(=) Resultado de hedge de fluxo de caixa	(288.164)	-
(+) IR/CS diferidos s/ res. de hedge de fluxo de caixa	97.976	-
Resultado de hedge de fluxo de caixa, líquido dos tributos	(190.188)	-

18. Receita Líquida

	2022	2021
Receita bruta de serviços	8.181.433	7.046.027
Encargos sobre serviços	(1.058.766)	(937.739)
Gás de balanceamento	22.290	-
Ajuste de Tarifa	(367.438)	(342.509)
	6.777.519	5.765.779

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Custo dos Serviços Prestados

	2022	2021
Depreciação e Amortização	(424.850)	(414.265)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(29.536)	(27.800)
Operação e Manutenção	(49.387)	(204.250)
Direito de passagem	(135.850)	(89.057)
Energia elétrica	(19.517)	(25.417)
Seguros	(20.877)	(16.452)
ICMS do gás utilizado no sistema	(8.327)	(11.143)
Custos ambientais	(2.428)	(2.555)
Serviços de consultoria	(16.624)	(13.119)
Treinamentos e seminários	(1.980)	(8.554)
Custos com pessoal	(60.764)	(49.363)
Combustível	(187)	-
Gás de balanceamento	(20.088)	-
Outros Custos	(43.337)	(25.563)
	(833.752)	(887.538)

20. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	(39.782)	(30.101)
Assessoria jurídica	(5.045)	(3.866)
Auditoria	(1.771)	(950)
Assessoria contábil	(2.130)	(1.828)
Consultoria	(3.775)	(3.000)
Patrocínios	(26.219)	(20.475)
Doação	-	(6.000)
(Provisão)/Reversão de contingência	(15.010)	740
Manutenções de licenças	(3.529)	(2.897)
Recrutamento e seleção	(1.329)	(2.167)
Aluguéis e taxas	(1.318)	(1.149)
Serviços contratados	(492)	(1.191)
Prov. Para perda PIS / Cofins	-	(8.837)
Indenizações recebidas	(6.917)	-
Despesas com escritório e outras	(6.001)	(5.268)
	(113.318)	(86.989)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	285.900	72.753
Atualização monetária	10.192	5.584
Outras receitas financeiras	693	1.203
Total de Receitas financeiras	296.785	79.540
Despesas financeiras		
Juros s/ debêntures (incluindo serviço da dívida) & financiamentos, líquido das proteções dos swaps	(1.412.249)	(252.925)
Impostos sobre resultado financeiro	(19.074)	(4.419)
Multas e juros	(1.575)	(355)
Atualização monetária compartilhamento de faixa	(85.822)	(26.288)
Outras despesas financeiras	(974)	(5.647)
Total de despesas financeiras	(1.519.694)	(289.634)
Resultado Financeiro Líquido	(1.222.909)	(210.094)

- (a) A Companhia contratou Instrumentos financeiros derivativos (swap) com objetivo de proteção de risco cambial e conversão dos encargos para Reais em CDI em relação às dívidas em moeda estrangeira contraídas. Por esta razão, os encargos financeiros das dívidas e financiamentos da Companhia são apresentados nesta nota explicativa líquidos dos efeitos das proteções contratadas nos swaps. Maiores detalhes sobre estes instrumentos derivativos são descritos nas notas 4, 17.5 e 23.

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Trabalhista	Tributário	Cível	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.215)	(1.043)	-	(4.258)
Adições	-	(572)	-	(572)
Baixas	1.848	-	-	1.848
Atualização monetária	(136)	(146)	-	(282)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.503)	(1.761)	-	(3.264)
Adições	(20.908)	-	(35)	(20.943)
Baixas	16	3.489	-	3.505
Mudança de prognóstico	-	(5.787)	-	(5.787)
Atualização monetária	(319)	(629)	-	(948)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(22.714)	(4.688)	(35)	(27.437)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Processos judiciais e contingências-Continuação

A Companhia reconheceu provisão de R\$ 20.908 referente à incidência de encargos trabalhistas e previdenciários sobre eventos passados, cujo desfecho poderá resultar em desembolso de caixa futuro.

22.2. Depósitos judiciais

	2022	2021
Ativo não circulante		
Trabalhistas	9	8
Fiscais	17.007	17.440
Outros depósitos judiciais	19	19
	17.034	17.468

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável de seus valores, não são reconhecidos, entretanto são divulgados. Causas com classificação remota não são objeto de qualquer divulgação destas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentados a seguir:

	Cíveis Judicial	Trabalhista Judicial	Tributárias		Ambientais Administrativo	Total
			Administrativo	Judicial		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.149)	-	(104.160)	(13.411)	(54.035)	(172.755)
Novas causas	-	(249)	(298.294)	-	-	(298.543)
Atualização monetária	(124)	(15)	(10.512)	(1.304)	(5.794)	(17.749)
Baixas	-	-	3.829	-	-	3.829
Mudança de prognóstico	-	-	71	-	-	71
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.273)	(264)	(409.066)	(14.715)	(59.829)	(485.147)
Novas causas	(74.485)	(118)	(7.256)	-	-	(81.859)
Atualização monetária	(88)	(17)	(44.483)	(1.955)	(3.697)	(50.240)
Baixas	9	-	141.552	-	-	141.561
Mudança de prognóstico	53	-	4.548	1.257	-	5.858
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(75.784)	(399)	(314.705)	(15.413)	(63.526)	(469.827)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Processos judiciais e contingências-Continuação

a) Causas Tributárias

As principais causas tributárias administrativas se referem a processos administrativos movidos pela RFB e são relacionados à contestação de créditos fiscais utilizados pela NTS e não homologados pela autoridade fiscal, bem como autuações fiscais. As principais causas totalizam R\$ 307.700 (R\$373.911 em 31 de dezembro de 2021).

A redução no montante de causas tributárias deu-se por conta de encerramento de causas e de revisão dos valores reportados dos processos administrativos de crédito e débito, a fim de manter o alinhamento com os valores constantes no sistema da Receita Federal, o que perfaz uma redução de R\$ 30 milhões. Adicionalmente, a Companhia obteve vitória parcial em processos administrativos, em relação à glosa feita pela RFB de créditos fiscais de saldo negativo de IRPJ e CSLL, oriundos da adoção da estrutura de arrendamento mercantil para o ano calendário de 2015 em relação ao ativo imobilizado da empresa, o que ensejou a retificação dos valores envolvidos e redução em cerca de R\$ 108 milhões de valores cobrados pela Receita Federal à NTS sobre tais créditos. Os valores ainda cobrados seguem sendo objeto de questionamento na esfera administrativa.

b) Causas Ambientais

As causas ambientais referem-se a processos de compensações ambientais em discussão entre órgãos ambientais e a NTS envolvendo os seguintes temas: (i) o percentual máximo que pode ser aplicado para o cálculo da compensação ambiental no âmbito do licenciamento relacionado ao GASCAR; (ii) o índice aplicável para fins de correção monetária da compensação ambiental devida nos âmbito dos licenciamentos relacionados ao GASCAR, GASTAU, GASPAJ e GASBEL II; e (iii) a data base para a aplicação da correção monetária no caso do da compensação ambiental no âmbito do licenciamento GASTAU.

c) Causas Cíveis

Em novembro de 2022 foi requerida arbitragem contra o acionista majoritário da Companhia e contra a Companhia, cujas informações são protegidas por confidencialidade, referente ao compartilhamento de infraestruturas decorrente da operação de alienação de controle da Companhia em abril de 2017. Foi apresentada reconvenção requerendo o reembolso de despesas incorridas pela Companhia na remediação de ativos de sua propriedade, também decorrente da operação de alienação de controle. Há previsão contratual junto à requerente no sentido de que, diante do início da arbitragem, a Companhia possui direito de executar garantia para reembolso da parcela controversa antes da decisão da corte, podendo exercê-lo se e quando entender conveniente. A Companhia aguarda a apreciação da resposta e pedido de reconvenção, bem como demais desdobramentos do procedimento arbitral para, em conjunto com os seus assessores jurídicos, avaliar os impactos sobre os saldos reconhecidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 6 instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco cambial e de exposição à taxa de juros pré-fixadas associados às dívidas captadas em moeda estrangeira. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Adicionalmente, durante os exercícios, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo.

a) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos para fazer frente às suas obrigações operacionais e para pagamento de credores. As origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são suficientes para liquidação de suas obrigações de curto prazo. O risco de liquidez é administrado pela Companhia, investindo seu caixa em Renda Fixa, com liquidez não superior a 90 dias e renegociando (quando necessário) o prazo de vencimento de suas dívidas.

	2023	2024	2025	2026+	Total
Dívidas Financeiras (a)	-	-	1.565.310	10.389.935	11.955.245
Instrumentos Financeiros derivativos (b)	376.490	291.788	(14.677)	(486.501)	167.100
Fornecedores	613.179	-	-	-	613.179

(a) As projeções das dívidas consideram o cenário provável da NE 23(d), desconsiderando o efeito dos respectivos custos de captação

(b) Os instrumentos financeiros derivativos correspondem ao líquido entre os saldos registrados no ativo e passivo, conforme detalhado na seção b) desta Nota Explicativa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras envolvendo certos empréstimos e financiamentos da Companhia e utilizada para refinanciamento de dívidas e aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controle de riscos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém dívidas denominadas em Dólares Norte-Americanos, cujos valores de principal somam US\$ 749.000, e para os quais contratou-se operações de derivativos (Swap cambial), cujos prazos de vigência, valores de principal e juros replicam os prazos montantes de principais e juros dos empréstimos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais e dólar futuro ou cupom cambial até a data de e pagamento dos juros e principal, descontado a valor presente na data das informações financeiras trimestrais pelas taxas de mercado vigentes.

Instituição	Descrição	Operação/Taxa	Vencimento	Valor referência (nacional)	31/12/2022	31/12/2021	
	Swap (cambial)						
Scotia Bank	Posição ativa	USD/BRL + 2,45%	abril/2027	US\$	300.000	1.463.258	-
	Posição passiva	CDI + 1,35%	abril /2027	R\$	1.421.250	(1.534.453)	-
					MTM Swap	(71.195)	-
Scotia Bank (2)	Posição ativa	USD/BRL + 4,27%	agosto/2025	US\$	170.000	893.426	-
	Posição passiva	CDI + 1,13%	agosto /2025	R\$	880.090	(941.997)	-
					MTM Swap	(48.571)	-
MUFG (a)	Posição ativa	USD/BRL + 3,30%	abril/2027	US\$	59.000	293.345	-
	Posição passiva	CDI + 1,35%	abril/2027	R\$	279.512	(301.776)	-
					MTM Swap	(8.431)	-
CITI	Posição ativa	USD/BRL + 2,71%	abril/2027	US\$	90.000	442.312	-
	Posição passiva	112,7% do CDI	abril/2027	R\$	426.375	(462.796)	-
					MTM Swap	(20.484)	-
SMBC	Posição ativa	USD/BRL + 4,96%	setembro/2025	US\$	50.000	266.709	-
	Posição passiva	CDI + 1,13%	setembro/2025	R\$	260.885	(277.654)	-
					MTM Swap	(10.945)	-
BNP	Posição ativa	UDS + 5,75%	setembro/2025	US\$	80.000	433.584	-
	Posição passiva	CDI + 1,13%	setembro/2025	R\$	416.440	(440.760)	-
					MTM Swap	(7.176)	-

(a) Os encargos da ponta passiva do swap com o MUFG são de 3,30% a.a. até 31 de março de 2023 e de 3,40% a.a., a partir de 01/04/2023 até o vencimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

	Ativo		Passivo		Posição Líquida	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	-	-	376.191	-	(376.191)	-
Não Circulante	209.390	-	-	-	209.390	-
Total	209.390	-	376.191	-	(166.801)	-

c) Risco de crédito

(I) Aplicação financeira

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado de acordo com a norma estabelecida pela Companhia. As disponibilidades de caixa da empresa são alocadas em títulos de renda fixa associados à créditos bancários com riscos de crédito muito baixos, títulos públicos federais e fundos exclusivos. A norma prevê condições em que o limite de crédito deve ser revisado ou alterado. Os parâmetros de risco de concentração e crédito a contrapartes financeiras foram estabelecidos para mitigar o risco de perdas de caixa no caso de potencial inadimplência de alguma contraparte.

(II) Clientes

Como parte do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre os acionistas da Companhia, a Petrobras firmou com o Banco Bradesco S.A. Contrato de Administração de Contas Vinculadas visando a diversificação do risco de crédito da NTS em relação aos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) que detém com a Petrobras e para que a Companhia mitigue o risco de concentração de receita em seu principal cliente. Apesar de a Petrobras ser a principal contraparte dos contratos em operação de transporte de gás (GTAs) da NTS, os riscos de crédito e concentração da NTS são mitigados pela baixíssima possibilidade de descontinuidade do fornecimento de gás pela petroleira a seus clientes, já que se trata de insumo básico para suas atividades.

Os recebíveis dados em garantia se referem aos depósitos feitos na conta vinculada, oriundos dos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural (GSAs) nos quais a Petrobras atua como vendedora. Os depósitos realizados nesta conta visam garantir cobertura de no mínimo 120% do valor esperado dos faturamentos mensais da Companhia, devidos pela Petrobras no âmbito dos GTAs, além de quaisquer taxas e tributos que possam ser deduzidos pelo Banco Bradesco a cada mês.

Adicionalmente, em março de 2022, a Petrobras apresentou 5 (cinco) cartas de fiança bancária, com vigência de 2 anos, contados a partir de 30/03/2022, na forma acordada em cada um dos GTAs, correspondente ao período de 150 dias multiplicados pela soma das tarifas de capacidade, entrada e saída, até o limite de R\$ 2.885.931.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

(III) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos são avaliados utilizando-se técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes e curvas futuras das taxas de juros e de câmbio. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estimou o impacto do ajuste de risco de crédito das contrapartes ao efetuar o cálculo de valor justo dos derivativos e concluiu que ele não resultou em um impacto significativo. Adicionalmente, as mudanças no risco de crédito da contraparte não tiveram efeito significativo sobre a avaliação da efetividade do hedge para os derivativos designados como relações de hedge e outros instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo.

d) Análise de Sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade para instrumentos financeiros com risco de taxa de juros, considerando que a exposição é o valor das debêntures, notas de crédito e financiamentos, descrita na nota 13, e das aplicações financeiras, expostas à variação do CDI e que os cenários possível e remoto consideram variação de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos, líquidos das aplicações financeiras, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Instrumentos	Exposição	Risco	Provável (*)	Possível (Variação 25%)	Remoto (Variação 50%)
<u>Ativo financeiro</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	2.294.092	Queda do CDI	313.144	234.858	156.572
<u>Passivo Financeiro</u>					
Debêntures, notas de crédito e empréstimos (a)	12.146.914	Alta do CDI	(1.731.296)	(2.100.321)	(2.459.863)

(*) Cenários projetados para 12 meses

(a) O valor das debêntures e empréstimos e os juros a incorrer/ encargos financeiros projetados desconsideram os custos com captação da dívida

O cenário "Provável" foi calculado considerando-se uma taxa do CDI de 13,65%, aplicável à parcela flutuante da taxa de juros das dívidas e do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022. Os cenários "Possível" e "Remoto" consideraram variações de 25% e 50% respectivamente, sobre o CDI considerado no cenário "Provável"

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros--Continuaçãoe) Estimativa a valor justo:

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

			31/12/2022		31/12/2021	
Ativos financeiros (circulante e não circulante)		Nível	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
			4.008.216	4.008.216	3.578.318	3.578.318
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	2.294.317	2.294.317	2.235.391	2.235.391
Contas a receber	Custo amortizado	2	1.322.706	1.322.706	1.169.706	1.169.706
Outras contas a receber	Custo amortizado	2	165.233	165.233	157.570	157.570
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	16.570	16.570	15.651	15.651
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a)	2	209.390	209.390	-	-
Passivos financeiros (circulantes e não circulantes)			13.207.169	14.063.320	5.789.139	5.789.139
Fornecedores	Custo amortizado	2	613.179	613.179	447.121	447.121
Debêntures e Notas Comerciais	Custo amortizado	2	12.217.500	13.073.651	5.342.018	5.342.018
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a)	2	376.490	376.490	-	-

(a) A Companhia adotou a contabilidade de hedge de fluxo de caixa para as operações com instrumentos derivativos, conforme descrito na seção b) desta nota explicativa, tendo portanto, registrado o efeito do ajuste à valor justo em Outros Resultados Abrangentes.

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia
- Nível 2 – para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior
- Nível 3 – para dados não observáveis para o instrumento em questão

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Estimativa a valor justo

A Companhia entender que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para as debentures, empréstimos 4.131 e Notas Comerciais, classificados e mensurados ao custo amortizado, o valor justo foi estimado com base em projeções até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro obtidas no site da B3.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros--Continuação**f) Movimentação dos passivos de fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

Conforme requerido pela norma CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Financiamentos, Derivativos e dividendos	Saldo em 31 de dezembro 2021	Alterações Caixa		Alterações não Caixa						Saldo em 31 de Dezembro 2022
		Recebidos/(Pagos) atividades financiamento	Pagamento de juros	Incorporação NISA	Dividendos e JSCP aprovados	Despesas de juros	Variação Cambial	Amortização custos captação	Ajuste a Valor Justo	
Notas comerciais	-		(110.263)	1.495.548	-	159.030	-	1.023	-	1.545.338
Debêntures_2ª emissão	5.279.848	(5.200.000)	(600.097)	-	-	517.491	-	2.758	-	-
Debêntures_1ª emissão_NISA (3a emissão NTS)	-		(204.651)	1.619.252	-	165.029	-	944	-	1.580.574
Debêntures_2ª emissão_NISA (4a emissão NTS)	-		(110.263)	1.495.548	-	159.030	-	1.023	-	1.545.338
Debêntures_5ª emissão (1a série)	-	999.607	-	-	-	32.954	-	-81	-	1.032.479
Debêntures_5ª emissão (2a série)	-	1.499.390	-	-	-	50.485	-	-84	-	1.549.791
Debêntures_5ª emissão (3a série)	-	989.518	-	-	-	34.242	-	-62	-	1.023.698
Empréstimo_Santander (CCB)	62.170	(60.000)	(3.239)	-	-	1.069	-	-	-	-
Empréstimo_Scotia Bank	-	-	(17.323)	1.410.750	-	25.366	154.560	-	-	1.573.353
Empréstimo_Scotia Bank-2	-	880.090	-	-	-	10.910	6.919	-	-	897.919
Empréstimo_MUFG	-	-	(4.733)	277.448	-	6.931	30.397	-	-	310.042
Empréstimo_CITI	-	-	(5.663)	423.225	-	8.333	46.368	-	-	472.263
Empréstimo_SMBC	-	260.000	-	-	-	3.585	885	-	-	264.470
Empréstimo_BNP	-	416.440	-	-	-	4.819	976	-	-	422.235
Instrumento Financeiro Derivativo Líquido (2)	-	-	(117.272)	22.793	-	213.222	(240.105)	-	288.164	166.801
Dividendos e JSCP	7.576	(3.090.097)	-	183.965	2.898.555	-	-	-	-	-
	5.349.594	(3.305.052)	(1.173.504)	6.928.529	2.898.555	1.392.496	-	5.521	288.164	12.384.301

- (1) Corresponde principalmente ao valor das dívidas sucedidas pela Companhia em decorrência da incorporação reversa da NISA;
(2) Corresponde à posição líquida dos Instrumentos Financeiros Derivativos descritos na nota explicativa 23. b)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

24. Compromissos

a) Obrigações contratuais

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia, para a data de 31 de dezembro de 2022:

Classe de Contratos	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Aluguel de escritórios	2.221	2.252	1.796	770	474	7.512
Telecom & Impressoras	222	-	-	-	-	222
Aluguel de veículos e máquinas	300	-	-	-	-	300
Serviços de compressão	17.748	18.458	18.421	18.405	18.405	91.437
Uso e compartilhamento de faixas dos gasodutos	86.430	89.887	89.705	89.628	89.628	445.277
Total	106.920	110.597	109.922	108.803	108.506	544.748

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía oito apólices de seguro fiança locatícia para fazer face às garantias exigidas em seus contratos de locação que totalizavam R\$3.623 em limite indenizável, distribuídos da seguinte forma:

Local	Limite Indenizável
Praia do Flamengo, 22º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	1.695
Praia do Flamengo, 23º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	1.686
Rod. Washington Luiz, 2500, Bl. B Salas 703 a 707, Duque de Caxias, RJ	60
Rua Adelelmo Piva, 36, Jardim Vista Alegre, Paulínia, SP	49
Est. Hélio Rosa dos Santos, 1000, salas 105 e 205, Imboassica, Macaé, RJ	39
Rua Messia Assú, nº 293, Itararé, São Vicente, SP	58
Rodovia BR 040, KM 800, salas nº 20, 21 e 22, Matias Barbosa, MG	34

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia possui diversas apólices de seguros, dentre elas, Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil D&O, Responsabilidade Civil Profissional E&O, Patrimonial, entre outras.

A tabela a seguir sumariza as coberturas e vigências dos seguros contratados pela Companhia:

Tipo de seguro	Início de vigência	Término de vigência	Cobertura
Riscos operacionais e lucros cessantes	03/10/2022	03/10/2023	1.500.000
Responsabilidade civil geral	03/10/2022	03/10/2023	400.000
Riscos ambientais	03/10/2022	03/10/2023	300.000
Responsabilidade civil D&O	03/10/2022	03/10/2023	300.000
Responsabilidade civil profissional (E&O)	03/10/2022	03/10/2023	15.000
Proteção de dados e resp. cibernética (Cyber)	03/10/2022	03/10/2023	35.000
Fraude corporativa (Crime)	03/10/2022	03/10/2023	5.000
Compreensivo Empresarial (Escritório)	27/11/2022	27/11/2023	19.000
Riscos Engenharia Obras GASIG	15/05/2022	31/07/2024	130.829
Responsabilidade Civil Obras GASIG	12/05/2022	31/07/2023	50.000
Total			2.754.829

Os prêmios de seguros pagos em relação às apólices de seguros são registrados no ativo como despesas antecipadas e são apropriadas proporcionalmente ao resultado em função da vigência das apólices.

A tabela a seguir sumariza os montantes registrados na data-base 31 de dezembro de 2022 e 2021 a título de despesas antecipadas:

Descrição	2022	2021
Responsabilidade operacional e Lucros Cessantes	11.933	10.810
Responsabilidade Civil Geral	2.284	2.013
Responsabilidade Ambiental	1.025	988
Responsabilidade Civil D&O	647	647
Responsabilidade Civil Obras	43	-
Riscos de Engenharia	206	-
Seguros corporativos	1.013	686
Outros - seguros	1.351	-
Total de Seguros	18.503	15.144
Outras despesas antecipadas	1.351	630
Total	19.854	15.774

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

26. Eventos Subsequentes

Capitalização de parcela de Reservas e Subsequente Redução de Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 12 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 292.890, mediante a capitalização de parcela: (a) da reserva de capital; (b) da reserva especial de ágio, correspondente ao benefício fiscal auferido decorrente da incorporação reversa de sua antiga acionista Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA"), aprovada por Assembleia Geral da Companhia e da NISA, realizadas em 12 de abril de 2022; e (c) da reserva legal; resultando em capital social equivalente a R\$ 801.603, mediante aumento do valor nominal das ações da Companhia para R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) por ação. Nesta mesma AGE os acionistas aprovaram, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 300.603, por ser considerado excessivo, mediante restituição de capital aos acionistas em moeda corrente nacional, e com a redução do valor nominal das ações para R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de real) por ação, sem que haja cancelamento de quaisquer ações representativas do seu capital social.

Em qualquer das etapas acima, foi mantido o número de ações representativas do capital social da Companhia, assim como o percentual de participação de cada acionista no capital social.

A redução do capital social da Companhia só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: a) publicação do extrato da ata que aprovou a referida redução, na forma do art. 135, §1º da Lei nº 6.404/76, a qual foi realizada em 13 de janeiro de 2023; b) decurso do prazo de 60 dias, contados a partir da data de publicação mencionada no item (i), sem que haja oposição pelos credores quirografários, ou, se tiver havido oposição, mediante prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, nos termos do artigo 174, §2º, da Lei nº 6.404/76; e c) aprovação expressa da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, nos termos do art. 4º, § 3º da Lei nº 14.134 de abril de 2021.

Pedido de Reconvenção em decorrência de requerimento de arbitragem

Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia apresentou resposta ao requerimento de arbitragem, iniciada em 2022, e pedido de reconvenção envolvendo o reembolso de despesas incorridas pela Companhia na remediação de ativos de sua propriedade, sendo maiores detalhes descritos na nota explicativa 22.3 c desta demonstração financeira.

Ofício-circular CVM nº 01/2023

Em 13 de fevereiro de 2023, a CVM emitiu o Ofício-Circular nº 01/2023 com orientações a serem observados e divulgadas pelas companhias abertas quando da elaboração de suas Demonstrações Financeiras referentes a 2022, em função da decisão tomada pelo Plenário do STF no sentido de que os efeitos jurídicos da "coisa julgada" em uma decisão obtida através de ação

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

26. Eventos Subsequentes -- Continuação

Ofício-circular CVM nº 01/2023--continuação

judicial, transitada em julgado, não serão aplicados caso o STF se manifeste de forma contrária quando se tratar de tributos “recolhidos de forma continuada”. Neste sentido e em linha com a orientação da CVM, a Companhia avaliou a decisão da Suprema Corte e concluiu que até a data da aprovação desta Demonstração Financeira não é parte em processos de natureza tributária transitada em julgado em favor da Companhia e que a Corte tenha se pronunciado em sentido contrário.

Distribuição de dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2023 foi aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, a distribuição de dividendos pela Companhia no valor total de R\$ 830.107 milhões, com base em parecer favorável do Conselho Fiscal, a serem pagos até o final de março de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administração e Acionistas da
Nova Transportadora do Sudeste S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reorganização societária

Conforme divulgado na nota explicativa 2, em 12 de abril de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação reversa da Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA") pela Companhia. Consequentemente, houve um aumento no total dos ativos da Companhia no montante de R\$ 18.172 mil e no total dos passivos de R\$ 6.611.280 mil, assim como uma redução no patrimônio líquido de R\$ 6.593.108 mil. A incorporação era uma obrigação da NISA, assumida nas escrituras de 1ª e 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, garantidas pela Companhia.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os efeitos sobre o balanço patrimonial da Companhia, com a incorporação dos ativos, passivos e patrimônio líquido da NISA.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles desenhados e implementados pela Companhia relacionados a incorporação e os impactos contábeis; (ii) análise dos atos societários da reorganização societária; (iii) análise dos laudos que formalizaram a determinação do valor do patrimônio líquido da NISA; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações efetuadas na nota explicativa 2 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da incorporação reversa da NISA

Conforme divulgado na nota explicativa 17.2(b), a Companhia realizou a incorporação reversa da NISA, que detinha ações correspondente a 10% de seu capital social. Como consequência, a Companhia deduzirá fiscalmente o benefício fiscal da amortização da mais-valia e ágio, apurados para fins fiscais, no montante de R\$ 1.306.661 mil. Esse montante incorporado corresponde à diferença entre o valor pago pela NISA na aquisição da participação societária e o valor patrimonial da Companhia avaliado pelo método de

equivalência patrimonial, que resultou em um benefício econômico pela redução futura de tributos no valor de R\$ 444.265 mil.

A Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o benefício fiscal à luz da Interpretação Técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro apoiada na avaliação mais provável que não que a autoridade fiscal aceite o tratamento dispensado para esta operação.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados pela Companhia referentes ao benefício fiscal totalizam R\$ 429.262 mil, os quais encontram-se divulgados na nota explicativa 15.2 às demonstrações financeiras.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, assim como a complexidade e subjetividade envolvida na avaliação por parte da Diretoria e dos consultores jurídicos externos em relação à probabilidade de êxito em eventual disputa administrativa e/ou jurídica envolvendo o tratamento fiscal dispensado.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles desenhados e implementados pela Companhia relacionados ao reconhecimento do benefício fiscal; (ii) discussões com a Diretoria e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição do prognóstico de êxito e análise independente da opinião legal obtida pela Companhia; (iii) avaliação do tratamento contábil adotado pela diretoria com base nos fatos e circunstâncias observados nos documentos relacionados; (iv) Envolvemos nossos especialistas de tributos, para avaliação da dedutibilidade do benefício fiscal gerado na transação de incorporação reversa, bem como as documentações requeridas para que a operação, em sua forma, permita a dedutibilidade; (v) Também, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os critérios de reconhecimento incluídas na nota explicativa 15.2 às demonstrações financeiras.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações efetuadas na nota explicativa 15.2 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Debêntures e financiamentos

A Companhia possui debêntures simples, não conversíveis em ações, com oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, assim como notas promissórias e empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962. Essas debêntures e financiamentos totalizam, em 31 de dezembro de 2022, R\$12.217.500 mil. Conforme descrito na nota explicativa 13, as debêntures e os financiamentos possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento de índices financeiros, apurados trimestralmente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e dos eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras e liquidez da Companhia no caso de não atingimento dos índices financeiros a serem apurados.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles desenhados e implementados pela Companhia relacionados ao monitoramento do cumprimento das cláusulas restritivas; (ii) avaliação do tratamento contábil adotado pela diretoria com base nos fatos e circunstâncias observados nos documentos relacionados; (iii) avaliação da metodologia de cálculo dos índices estabelecidos nas cláusulas restritivas e sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos; e (iv) avaliamos os cálculos elaborados pela diretoria.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações efetuadas na nota explicativa 13 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, a base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Diogo Afonso da Silva
Contador CRC-1RJ114783/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, inciso III da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e emitem, por unanimidade, o presente Parecer favorável, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Fiscal realizada nesta data.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

Renato Guias Pereira

Gustavo Moraes Atensia

Guillermo Alejandro Achury Garzón

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 22 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Erick Portela Pettendorfer
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 22 de março de 2022, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Erick Portela Pettendorfer
Diretor Presidente